

ASSAÍ ATACADISTA, A MELHOR EMPRESA DE ATACADO E VAREJO DO BRASIL*



- ▲ Faturamento de **R\$ 80,6 bilhões (+11%)** e Lucro Líquido de **R\$ 769 milhões (+8,3%)**
- ▲ **15 lojas inauguradas em 2024**, totalizando **302 em operação**
- ▲ **Prêmio Top of Mind** nas categorias Supermercado e Atacadista por **3 anos consecutivos** (Datafolha)
- ▲ **Redução da alavancagem**, com **diminuição do patamar de dívida líquida**
- ▲ Um dos **maiores empregadores privados**: + de **87 mil colaboradores**
- ▲ **A melhor empresa de varejo alimentar para se trabalhar no Brasil**** (GPTW)

**Companhias com + de 10 mil colaboradores



Confira nossos resultados financeiros de 2024

*Eleito a melhor empresa de atacado e varejo pela Melhores e Maiores 2024 da Exame.



Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71

50 ANOS
ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 contou com marcos importantes para o Assai, incluindo a conclusão do projeto de conversões de hipermercado, a superação da marca de mais de 300 lojas em operação, a comemoração dos 50 anos da Companhia com uma campanha de aniversário histórica, além do reconhecimento como a melhor empresa de Atacado e Varejo pela Melhores e Maiores da Exame e a melhor empresa do varejo alimentar para se trabalhar no Brasil, com mais de 10 mil colaboradores(as), pela GPTW. A expansão do ano fortaleceu ainda mais a presença nacional do Assai e foi responsável pela entrada da Companhia em cidades estratégicas. As conversões de hipermercados seguem em maturação e contribuem de maneira significativa, uma vez que as lojas convertidas inauguradas em 2022 já apresentam venda média por loja 25% superior à venda média das lojas orgânicas inauguradas até 2022, além de uma margem EBITDA Pré-IFRS 16 de 5,5%, em expansão de 1,1 p.p. comparado a 2023.

Atualmente, o Assai conta com cerca de 500 milhões de clientes nas lojas e um faturamento anual de R\$ 80,6 bilhões. Além do desempenho crescente de vendas, a Companhia apresentou ganho de +0,4 p.p. de margem EBITDA nas visões Pré-IFRS 16 e Pós-IFRS 16, resultado da maturação das novas lojas, do aprimoramento da experiência de compra com a implantação de novos serviços e do foco no controle de despesas. Esse resultado levou a um crescimento do EBITDA Pré-IFRS 16 de R\$ 0,7 bilhão em relação ao ano anterior, fortalecendo ainda mais a capacidade de geração de caixa operacional da Companhia e que, juntamente com o menor patamar de dívida líquida (-R\$ 0,6 bilhão), acelerou a redução da alavancagem para 3,04x, patamar melhor do que o previsto no *guidance* para o ano.

Os resultados obtidos em 2024 refletem o comprometimento de um time com mais de 87 mil colaboradores(as). A Companhia segue gerando empregos e fortalecendo os programas de treinamento, inclusão e desenvolvimento. O Assai tem um forte compromisso com a agenda de sustentabilidade e, ao longo do ano, foram registrados avanços na gestão de resíduos e no programa Destino Certo que, por meio do Instituto Assai, atua no combate à fome. Além disso, a Companhia evoluiu nos indicadores de diversidade, contando com 45,8% de negros e 25,7% de mulheres em cargos na liderança.

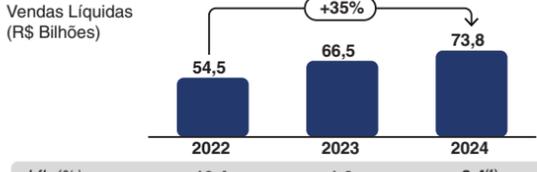
Para 2025, considerando as recentes altas da taxa Selic e as expectativas da curva de juros, bem como o foco em continuar reduzindo o nível de alavancagem para um patamar de cerca de 2,6x, a Companhia optou por postergar determinados projetos de novas lojas. É esperada a abertura de cerca de 10 lojas em 2025, com um investimento total de R\$ 1,0 a R\$ 1,2 bilhão, que inclui, além da expansão, a manutenção para o parque de lojas existente, a implantação de novos serviços e projetos de T.I. que visam trazer ainda mais eficiência para a Companhia.

Contamos com a confiança e o apoio permanente de todos(as) vocês.

Belmiro Gomes, Diretor-presidente do Assai

DESEMPENHO FINANCEIRO

EVOLUÇÃO DE RECEITAS COM AUMENTO DE TICKETS



(1) Excluindo Efeito Calendário

As vendas líquidas atingiram R\$ 73,8 bilhões (+11,0%) em 2024, um incremento de R\$ 7,8 bilhões em relação a 2023. Esse crescimento é explicado:

(i) pela *performance* das 15 lojas inauguradas nos últimos 12 meses (+7,6%), incluindo 2 lojas convertidas, representando a conclusão do projeto de conversões de hipermercados; (ii) pelo desempenho das vendas 'mesmas lojas' (+3,4%); e (iii) pela rápida e constante adaptação dos sortimentos e serviços, aliada à evolução contínua do modelo de negócios e da experiência de compra.

Em 2024, foram registrados 312 milhões de tickets, um crescimento de +7,6%, o que demonstra a crescente adesão do público às lojas Assai.

É importante ressaltar que a estratégia *phygital* da Companhia avançou em 2024. Visando expandir as opções de compra para os clientes, oferecendo comodidade e melhor experiência de compra para os consumidores, o Assai ampliou sua parceria com empresas de *last mile* através de acordo com o iFood. Essa parceria já está presente em mais de 40 lojas ao final de 2024.

O App Meu Assai, que conta com mais de 14 milhões de usuários cadastrados, tem desempenhado papel fundamental no entendimento de hábitos de consumo dos clientes. Em 2024, a frequência nas lojas de clientes que utilizam o App foi +65% acima de clientes não identificados, e o gasto médio desses usuários foi +39% superior. Além disso, a identificação do faturamento através do App avançou para 42% vs. 26% em 2023.

ABERTURA DE 15 NOVAS LOJAS, CONCLUSÃO DO PROJETO DE CONVERSÕES E ATINGIMENTO DE UM NOVO MARCO HISTÓRICO: + 300 LOJAS EM OPERAÇÃO
Ao longo do ano, a Companhia cumpriu seu *guidance* de expansão, inaugurando 15 novas lojas e alcançando um total de 302 unidades em operação. As inaugurações de 2024 reforçam a presença nacional do Assai e marcam sua entrada em cidades estratégicas, como Barueri (SP), Vitória (ES), Juiz de Fora (MG), São José do Rio Preto (SP) e Guarujá (SP).

A expansão seguirá avançando, porém, considerando principalmente as recentes altas da taxa Selic e as mudanças nas expectativas da curva de juros para os próximos anos, influenciando diretamente o custo de carregamento da dívida líquida, a Companhia decidiu postergar determinados projetos de novas lojas. Além disso, a Companhia ressalta que, desde 2021, mais de 120 lojas foram inauguradas, incluindo as conversões de hipermercados, que anteciparam em alguns anos a expansão do Assai. Desta forma, estão previstas cerca de 10 lojas para 2025.

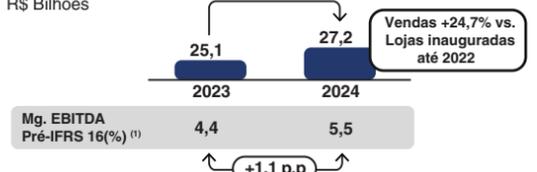
CONVERSÕES EM CONTÍNUA MATURAÇÃO: CRESCIMENTO DE VENDAS COM AUMENTO DE +1,1 p.p. NA MARGEM EBITDA PRÉ-IFRS 16

Com as aberturas das 2 conversões remanescentes no 4º trimestre, o Assai concluiu o projeto de conversões de hipermercados. Desta forma, a Companhia conta com 66 lojas convertidas que, mesmo em fase de maturação, contribuem de maneira significativa para os resultados da Companhia.

Em 2024, o parque de 47 lojas convertidas em 2022 atingiu uma venda média por loja de R\$ 27,2 milhões, um nível de vendas +24,7% superior à base de lojas orgânicas inauguradas até 2022. Além disso, a venda média por m² dessas conversões, com 2 anos de operação, já atinge 93% da venda média por m² registrada pela base de lojas orgânicas abertas até 2022. A margem EBITDA Pré-IFRS 16 das 47 lojas convertidas atingiu 5,5% no período, uma expansão de +1,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, e patamar em linha com a média da Companhia, evidenciando o potencial deste parque de lojas que ainda está em processo de maturação.

FATURAMENTO MÉDIO MENSAL

(47 conversões inauguradas em 2022)



(1) % Vendas Líquidas

Além disso, o projeto das galerias comerciais segue em evolução, contribuindo para acelerar ainda mais a maturação das lojas convertidas, por meio do aumento do fluxo de clientes, da geração de receitas adicionais e a diluição dos custos ocupacionais. Ao final de 2024, as galerias apresentaram uma taxa de ocupação da área bruta locável (ABL) de 81,3% (vs. 69,5% ao final de 2023) e receitas de R\$ 110 milhões (+18,3% vs. 2023).

MATURAÇÃO DAS NOVAS LOJAS GARANTE MAIOR NÍVEL DE RENTABILIDADE DESDE O INÍCIO DO PROJETO DE CONVERSÕES

O lucro bruto totalizou R\$ 12,2 bilhões em 2024, na visão Pré-IFRS 16, com margem bruta de 16,5% (vs. 16,2% em 2023). Esse resultado é explicado, principalmente:

(i) pela *performance* das novas lojas, que seguem em processo de maturação e correspondem a mais de 30% das 302 unidades em operação; (ii) pela constante inovação do modelo de negócio com a ampliação dos serviços oferecidos em loja, levando a um aprimoramento da experiência de compra. Ao final de 2024, a Companhia contava com 618 unidades de serviços disponíveis (+64,4% vs. 2023), sendo 254 açouques, 191 empórios de frios e 173 padarias; e (iii) pela estratégia em garantir patamar de margem adequado ao contexto de intensificação da competitividade e redução do poder de compra dos consumidores, impactados por taxas de juros elevadas e alta da inflação alimentar.

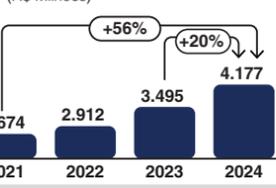
No ano, as despesas com vendas, gerais e administrativas na visão Pré-IFRS 16 foram equivalentes a 11,0% da receita líquida, uma redução de -0,1 p.p. em relação a 2023, reflexo da eficiência no controle de custos e o avanço contínuo da maturação das novas lojas, apesar da implementação de 242 unidades de novos serviços em 2024 e pressão inflacionária.

A equivalência patrimonial referente à participação de cerca de 18% no capital da FIC, totalizou R\$ 64 milhões em 2024, um avanço de +26,1% vs. 2023. O total de cartões Passai emitidos atingiu 3,1 milhões, avanço de +14,5% (vs. 2023), representando +4,4% do faturamento.

O EBITDA na visão Pré-IFRS 16 totalizou R\$ 4,2 bilhões, com avanço de margem para 5,7%, +0,4 p.p. acima do patamar de 2023, desempenho explicado pela maturação das novas lojas e da atratividade do modelo de negócio do Assai. A Companhia ressalta ainda que a atuação do Comitê de Despesas em 2024, por meio de iniciativas estruturadas e rigoroso acompanhamento dos custos, desempenhou um papel importante na evolução da margem EBITDA. O resultado apresentado demonstra, mais uma vez, o compromisso da Companhia em assegurar maior eficiência nas operações, alinhando crescimento sustentável à criação de valor.

EBITDA

(R\$ Milhões)



Mg. Pré-IFRS 16% (1) 6,4% 5,3% 5,3% 5,7%

(1) % Receita Líquida

RESULTADO FINANCEIRO EVOLUIU COMO PERCENTUAL DA RECEITA LÍQUIDA

(R\$ milhões)	2024	2023	Δ
Rentabilidade de caixa e equivalentes	118	123	-4,1%
Encargos sobre a dívida	(2.051)	(1.720)	19,2%
Custo de antecipação de recebíveis	(133)	(119)	11,8%
Outras despesas e atualizações monetárias	198	(116)	-270,7%
Resultado Financeiro Líquido	(1.868)	(1.832)	2,0%
% Receita Líquida	-2,5%	-2,8%	0,3 p.p.

O resultado financeiro líquido na visão Pré-IFRS 16 totalizou R\$ 1,9 bilhões no ano, equivalente a 2,5% das vendas líquidas, redução de -0,3 p.p. como percentual da receita líquida em relação a 2023. Os principais impactos no resultado financeiro foram:

(i) aumento na linha Encargos sobre a Dívida, decorrente do impacto do maior volume de dívida bruta média no período (R\$ 16,8 bilhões vs. R\$ 14,3 bilhões em 2023), apesar de uma dívida líquida menor no ano de 2024 vs. 2023. Além disso, a linha encargos sobre a dívida ainda é afetada:

a. pela marcação a mercado, oriunda de *swaps* para CDI de dívidas indexadas a IPCA (3 séries de CRIs), taxa pré-fixada (1 série de CRI) e USD (3 operações de empréstimos); b. pelo menor patamar de juros capitalizados (feito não-caixa) em função da fase final do projeto de conversões; e

(ii) impacto positivo na linha Outras Receitas/Despesas e Atualizações Monetárias referente, principalmente, ao fim dos juros relacionados à aquisição de hipermercados e créditos tributários.

AVANÇO DE +83% DO LAIR EM 2024, RESULTADO DA ALAVANCAGEM OPERACIONAL

O lucro antes do IR/CS (LAIR) na visão Pré-IFRS 16 totalizou R\$ 1,2 bilhão, equivalente a uma expansão de R\$ 547 milhões, um aumento de +83,1% em relação a 2023. Na visão Pós-IFRS 16, o LAIR alcançou R\$ 935 milhões em 2024 (+68,8% em comparação a 2023). A *performance* é resultado, principalmente, da maturação das lojas novas e do eficiente e contínuo controle de despesas, mesmo diante do aprimoramento da experiência de compra, com a ampliação dos serviços e sortimentos.

O lucro líquido na visão Pré-IFRS 16 apresentou um aumento de R\$ 154 milhões vs. 2023, totalizando R\$ 930 milhões (+19,8%), com margem líquida de 1,3% (+0,1 p.p. vs. 2023). O desempenho demonstra resiliência frente às despesas financeiras e às limitações impostas pelas novas regras para o uso da subvenção para investimentos.

Na visão Pós-IFRS 16, o lucro líquido acumulou R\$ 769 milhões, resultando em uma margem líquida de 1,0%.

INVESTIMENTOS: REDUÇÃO REFLETE COMPROMISSO COM DESALAVANCAGEM

(R\$ milhões)	2024	2023	Δ
Novas lojas e aquisição de terrenos	953	2.055	(1.102)
Reformas e manutenções	386	302	84
Infraestrutura e outros	133	91	42
Total de Investimentos - Bruto	1.472	2.448	(976)

Os investimentos, que representam as adições ao imobilizado, atingiram R\$ 1,5 bilhão em 2024. A redução de R\$ 1,0 bilhão nos investimentos em 2024 vs. 2023, reflete o compromisso da Companhia com o processo de desalavancagem.

Para 2025, visando acelerar o processo de redução da alavancagem financeira em função das recentes altas da taxa Selic e as mudanças nas expectativas da curva de juros para os próximos anos, a Companhia decidiu postergar determinados projetos de novas lojas. As expectativas para 2025 incluem a abertura de cerca de 10 lojas e um nível de investimentos entre R\$ 1,0 a 1,2 bilhão na visão de caixa, sendo (i) R\$ 650-750 milhões em abertura de novas lojas; (ii) R\$ 250-300 milhões em manutenção e implantação de novos serviços no parque de lojas existentes; e (iii) R\$ 100-150 milhões em infraestrutura, novos sistemas (T.I.) e projetos de inovação.

CICLO DE CAIXA REFLETE EFICIÊNCIA NA GESTÃO DE ESTOQUES

Em dias de CMV (Custo das Mercadorias Vendidas)



(1) Ciclo de Caixa = Fornecedores (-) Estoques (-) Recebíveis (Ajustado para recebíveis descontados)

O ciclo de caixa trimestral foi de 0,9 dia em 2024, em linha com 2023 (0,5 dia). No período a Companhia ressalta a gestão eficiente dos estoques que apresentou uma redução de 1,4 dias vs. 2023, dada a maturação das novas lojas.

É importante destacar que a política de parcelamento de compras aos clientes permanece sem alteração, ou seja, sem realização de alongamento de prazos, o que é evidenciado inclusive pela redução de 1,1 dias na linha de recebíveis em relação a 2023.

Nos últimos 24 meses, o ciclo de caixa apresenta uma redução significativa de 5,2 dias, resultado, principalmente:

- 2022: nível de estoques em patamar mais elevado (51,1 dias), devido à forte expansão, com a abertura de 37 lojas em um único trimestre (4T22); e
- 2023: normalização dos dias de estoque, com uma redução de 8,0 dias (passando de 51,1 dias em 2022 para 43,1 dias em 2023), após o acelerado ritmo de expansão e maturação das novas lojas.

NOS ÚLTIMOS 2 ANOS, A GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DE R\$ 7,7 BILHÕES FINANCIOU 95% DOS INVESTIMENTOS EM EXPANSÃO

(R\$ milhões - Acumulado 24 meses)	2024
EBITDA ⁽¹⁾	7.557
Varição de Capital de Giro	116
Geração de Caixa Operacional	7.673
Capex	(4.793)
Aquisição de Hipermercados	(3.277)
Geração de Caixa Livre	(397)
Dividendos Líquidos	26
Pagamento de Juros	(3.610)
Geração de Caixa Total	(3.981)

(1) EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16 (excluindo equivalência patrimonial)

A geração de caixa operacional acumulou R\$ 7,7 bilhões nos últimos 24 meses. O desempenho é resultado do nível de EBITDA, que totalizou R\$ 7,6 bilhões e da variação positiva do capital de giro, que somou R\$ 106 milhões.

Nos últimos 2 anos, o Assai inaugurou 42 unidades das quais 23 lojas orgânicas e 19 conversões de hipermercados. A Companhia investiu R\$ 8,1 bilhões, sendo R\$ 3,9 bilhões na abertura de lojas orgânicas e conversões, R\$ 3,3 bilhões referentes aos pagamentos da aquisição dos 66 pontos comerciais de hipermercados e R\$ 0,9 bilhão em manutenção e reformas, incluindo a implantação de novos serviços. Desta forma, a geração de caixa operacional, que totalizou R\$ 7,7 bilhões, financiou 95% dos investimentos realizados no período.

Além disso, o fluxo de caixa foi impactado pelo pagamento de R\$ 3,6 bilhões em juros, influenciado pelo aumento da curva de juros no período.

LIABILITY MANAGEMENT: NOVAS CAPTAÇÕES OTIMIZAM O PERFIL DA DÍVIDA

Com o objetivo de melhorar o perfil da dívida, reduzindo o custo médio e alongando o prazo, o Assai realizou captações ao longo do ano no mercado de capitais e empréstimos, no montante total de R\$ 6,6 bilhões, pré-pagando dívidas com vencimento em 2025 e 2026. Com isso, a Companhia conseguiu alongar em 9 meses o prazo médio da dívida (41 meses no 4T24 vs. 32 meses no 1T24), reduzir o custo médio (CDI+1,36% no 4T24 vs. CDI+1,49% no 1T24), além de equacionar toda a necessidade de refinanciamento de 2025. O quadro a seguir evidencia o alongamento da dívida, com a redução dos vencimentos de 2025 e 2026 após a realização do *liability management*.

Cronograma de Vencimentos*

Ano	Posição em 31/12/24	Posição em 31/12/23	Δ
2025	1.613	3.895	(2.282)
2026	2.229	2.589	(360)
2027	3.292	2.730	562
2028	3.849	1.972	1.877
2029	3.758	408	3.350
2030+	332	345	(13)

* Considera o valor principal da dívida

As captações realizadas em 2024, demonstradas no quadro abaixo, totalizaram R\$ 6,6 bilhões.

Data de emissão	Captação	Valor R\$ Bilhões	Custo
março/24	9ª Emissão de Debêntures	0,5	CDI + 1,25%
junho/24	10ª Emissão de Debêntures	1,8	CDI + 1,25%
agosto/24	Empréstimos	0,7	CDI + 1,34%
outubro/24	11ª Emissão de Debêntures	2,8	CDI + 1,25%
dezembro/24	12ª Emissão de Debêntures	0,8	CDI + 1,25%
Total		6,6	

As captações de outubro (R\$ 2,8 bilhões) e dezembro (R\$ 0,8 bilhão) totalizaram R\$ 3,6 bilhões e foram destinadas ao pré-pagamento das seguintes dívidas com vencimentos em 2025 e 2026:

- 2ª série da 2ª emissão de notas promissórias (-R\$ 1,8 bilhão, custo de CDI+1,53% e vencimento em fevereiro/2025);
- 1ª série da 2ª emissão de debêntures (-R\$ 950 milhões, custo de CDI+1,70% e vencimentos em maio/2025 e maio/2026); e
- 3 linhas de empréstimo (-R\$ 650 milhões, custo médio de CDI+2,00% e vencimentos em janeiro/2025, abril/2025 e maio/2025).

REDUÇÃO DA ALAVANCAGEM, RESULTADO DA GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

(R\$ milhões)	2024	2023
Dívida Circulante	(1.991)	(2.067)
Dívida Não Circulante	(14.184)	(12.843)
Total da Dívida Bruta	(16.175)	(14.910)
Caixa e Equivalentes de caixa	5.628	5.459
Dívida Líquida	(10.547)	(9.451)
Saldo de Recebíveis Descontados (1)	(1.967)	(2.742)
Saldo a pagar aquisição de hipermercados (2)	-	(892)
Dívida Líquida + Recebíveis descontados + Saldo a pagar aquisição de hipermercados	(12.514)	(13.085)
EBITDA Ajustado (3)	4.113	3.444
Dívida Líquida + Recebíveis descontados + Saldo a pagar aquisição de hipermercados/EBITDA Ajustado (3)	-3,04x	-3,80x

(1) Representa o saldo de recebíveis descontados com vencimento no trimestre subsequente

(2) Término dos pagamentos da aquisição de hipermercados no 1T24

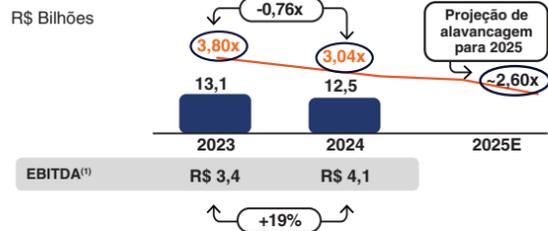
(3) EBITDA Pré-IFRS 16 acumulado dos últimos 12 meses (excluindo equivalência patrimonial)

O índice de alavancagem, representado pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16, alcançou 3,04x ao final de 2024, patamar melhor do que o previsto no *guidance* do período (inferior a 3,2x). O nível representa uma relevante redução de 0,76x vs. 2023 e a aceleração do processo de redução da alavancagem.

O patamar de alavancagem foi alcançado dada a redução de R\$ 571 milhões na dívida líquida, resultado da geração de caixa operacional, além do aumento de R\$ 669 milhões no EBITDA Pré-IFRS 16 acumulado 12 meses, reflexo da maturação das lojas novas. É importante destacar também que, em janeiro/24, foi realizado o pagamento de R\$ 894 milhões, da última parcela referente a aquisição dos hipermercados.

Ao final do período, o saldo de recebíveis descontados com vencimento no trimestre subsequente foi de R\$ 2,0 bilhões, com prazo médio de 9,5 dias. A antecipação de recebíveis é uma operação característica do varejo e do mercado brasileiro, sendo componente relevante da gestão de tesouraria da Companhia que administra o saldo de caixa aplicado e o montante de recebíveis disponíveis para desconto.

Considerando que a Companhia sempre pode optar por antecipar o saldo total de recebíveis (R\$ 3,9 bilhões de recebíveis de cartões de crédito sem direito de regresso no 4T24), o patamar de dívida líquida, nesta visão, seria de R\$ 8,6 bilhões e a alavancagem de 2,1x.



— Dívida Líquida + Recebíveis descontados + Saldo a pagar das aquisições de Hipermercado / EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16

■ Dívida Líquida + Recebíveis descontados + Saldo a pagar das aquisições de hipermercado

(1) EBITDA Pré-IFRS 16 acumulado 12 meses (excluindo equivalência patrimonial), (2) Ratios Contratuais: [Dívida Bruta (-) Caixa (-) Recebíveis de Cartão] / [Lucro Bruto (-) SG&A (-) Depreciação e Amortização (+) Outras Receitas Operacionais]

Em 2025, a Companhia tem como objetivo atingir um patamar de alavancagem (representado pela relação dívida líquida/EBITDA) de cerca de 2,6x, dado o crescimento do EBITDA, e a redução da dívida líquida, resultado da revisão da expansão e do plano de investimentos.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71

50 ANOS
ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

★ continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Imposto de Renda Retido na Fonte no valor de R\$ 16, resultando no valor líquido de R\$ 109, a serem pagos em 28 de fevereiro de 2025, conforme Aviso aos Acionistas divulgado ao mercado em 30 de dezembro de 2024. Desta forma, o valor referente à parcela remanescente de dividendos é de R\$ 20 milhões, calculados conforme demonstrado abaixo:

(R\$ milhões)	2024	2023
Lucro Líquido Pós-IFRS 16	769	710
Reserva de incentivos fiscais	(229)	(710)
Base reserva legal	540	-
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	27	-
Base dividendos	513	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	129	-
JSCP Pagos - Líquido	(109)	-
Dividendos propostos	20	-

Em relação aos *American Depositary Share (ADSs)* negociados na NYSE, o referido pagamento será efetuado por meio do banco depositário JPMorgan Chase Bank. Os titulares poderão obter informações a respeito no site <https://adr.com>.

AVANÇOS CONTÍNUOS EM ESG

Por meio do nosso propósito de **impulsionar a prosperidade para todos(as)** com **operações responsáveis e transparentes, e menor impacto ambiental**, promovemos iniciativas que visam a construção de uma sociedade mais sustentável, baseada em três pilares estratégicos:

• **Operações eficientes:** inovamos em nossas operações para reduzir o impacto climático e garantir cadeias de fornecimento mais responsáveis.

• **Desenvolvimento de pessoas e comunidades:** promovemos prosperidade para todos(as), com oportunidades de crescimento para os colaboradores(as), empreendedores(as) e comunidades.

• **Gestão ética e transparente:** construímos relacionamentos éticos e transparentes pautados em boas práticas ESG.

Os principais destaques do período foram:

OPERAÇÕES EFICIENTES

• **Redução de 10% das emissões do escopo 1⁽¹⁾ e 2⁽²⁾ vs. 2023;**
 • **Reaproveitamento de 43% de resíduos**, estável no acumulado do ano, resultado de práticas de reciclagem, compostagem e redução do desperdício de alimentos. **Alta de 46% no volume de resíduos orgânicos destinados a compostagem vs. 2023;** e
 • **Implementação do Programa Destino Certo em +94% das lojas novas**, totalizando mais de 1.975 toneladas de resíduos orgânicos desviados de aterros via doações para instituições sociais, evitando 1.331,68 tCO₂e de emissões de GEE.

GESTÃO ÉTICA E TRANSPARENTE

• **Pelo 3º ano consecutivo, a Companhia integra o Índice Carbono Eficiente (ICO2).** A adesão ao ICO2 B3 demonstra nosso compromisso com a gestão e a agenda climática, bem como com a transparência na divulgação de nossas emissões de carbono; e
 • **A Companhia recebeu a Classificação B no CDP (Disclosure Insight Action)**, um dos principais programas de medição e divulgação para gestão eficiente de riscos relacionados a emissões de carbono e às mudanças climáticas.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E COMUNIDADES

• A Companhia encerrou 2024 com mais de 87 mil colaboradores, dos quais:
 o 45,8% de negros na liderança (gerentes e acima), evolução de +2,3 p.p. vs. 2023;
 o 25,7% mulheres em cargos de liderança, aumento de +0,7 p.p. vs. 2023;
 o 9,6% dos colaboradores 50+, crescimento de +1,8 p.p. vs. 2023;

o 5,3% dos colaboradores(as) com deficiência, redução de -0,1 p.p. vs. 2023, mais ainda acima da cota legal.

• Através do Instituto Assai, a Companhia segue promovendo oportunidades e caminhos de prosperidade para pessoas e comunidades:

o Doação de 5,4 milhões de refeições em 2024, por meio do Programa de Combate à Fome, realizados através de Cozinhas Solidárias, Campanhas de Engajamento, Destino Certo (combate ao desperdício), Doações de Cestas de Alimentos e Assistência em Emergências Climáticas;
 o Doação de mais 480 toneladas de alimentos para 100 organizações sociais parceiras, através da campanha "Alimento a Gente Compartilha", promovida em todas as lojas do Brasil, com a participação dos clientes e colaboradores Assai; e
 o Lançamento do Programa e da Política de Voluntariado, com a realização de 4 ações de voluntariado corporativo.

⁽¹⁾ Emissões próprias provenientes de empresa;

⁽²⁾ Emissões provenientes do consumo de energia elétrica

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

O ano de 2024 foi marcado por uma série de reconhecimentos. Pela primeira vez, a Companhia foi eleita a Melhor Empresa de Atacado e Varejo pela Melhores e Maiores 2024 da Exame e a marca mais lembrada do varejo físico e digital pela Branding Brasil. O Assai integrou o ranking nacional da GPTW e foi reconhecido como a melhor empresa de varejo alimentar para se trabalhar no Brasil (companhias com mais de 10 mil colaboradores). Ainda, o ano foi marcado pelo reconhecimento enquanto marca mais valiosa do varejo alimentar pelo *Ranking Interbrand* de Marcas Brasileiras Mais Valiosas, e a marca mais lembrada dos setores de supermercado e atacado pela Folha *Top Of Mind*, pelo 3º ano consecutivo.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	21	73.819	66.503
Custo das mercadorias vendidas	22	(61.598)	(55.682)
Lucro bruto		12.221	10.821
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	(5.995)	(5.411)
Despesas gerais e administrativas	22	(878)	(831)
Depreciações e amortizações		(1.547)	(1.394)
Resultado de equivalência patrimonial	11	64	51
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23	(21)	49
		(8.377)	(7.536)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		3.844	3.285
Receitas financeiras	24	324	281
Despesas financeiras	24	(3.233)	(3.012)
Resultado financeiro líquido		(2.909)	(2.731)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		935	554
Imposto de renda e contribuição social	19.1	(166)	156
Lucro líquido do exercício		769	710
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)			
Ordinárias	25	0,569164	0,525574
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)			
Ordinárias	25	0,567277	0,524174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	769	710
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Valor justo de recebíveis	(8)	(7)
IR sobre outros resultados abrangentes	3	2
Resultado abrangente do exercício	764	705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	769	710
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	(162)
Perda (ganho) na alienação do imobilizado e de arrendamento	12	(55)
Depreciações e amortizações	1.640	1.476
Juros e variações monetárias	3.117	2.853
Resultado de equivalência patrimonial	(64)	(51)
Provisão para demandas judiciais	84	151
Provisão de opção de compra de ações	32	20
Provisão para perdas e quebras de estoque (Reversão de) perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	633	538
	(7)	4
6.250	5.484	
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(1.011)	(640)
Estoques	(1.096)	(735)
Tributos a recuperar	(132)	352
Depósitos judiciais	21	12
Outros ativos	57	(14)
Fornecedores	635	1.498
Salários e encargos sociais	58	40
Partes relacionadas	-	(5)
Pagamento de demandas judiciais	(141)	(71)
Impostos e contribuições a recolher	140	40
Receitas a apropriar	20	96
Dividendos recebidos	124	20
Outros passivos	7	(114)
	(1.318)	479
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.932	5.963
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.647)	(3.116)
Aquisição de bens do ativo intangível	(42)	(169)
Recebimento de bens do ativo imobilizado	3	19
Recebimento de bens do ativo mantido para venda	16	211
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.670)	(3.055)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital em espécie	-	9
Captação de empréstimos	6.600	3.392
Custo de captação de empréstimos	(54)	(142)
Pagamento de empréstimos	(4.771)	(1.499)
Pagamento de juros de empréstimos	(2.583)	(1.085)
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	-	(118)
Compra de ações em tesouraria	(26)	-
Pagamento de passivo de arrendamento	(289)	(262)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(1.060)	(977)
Pagamento de aquisição de pontos comerciais	(910)	(2.609)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.093)	(3.291)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	169	(383)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.459	5.842
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.628	5.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Valor adicionado total a distribuir	8.853	7.741
Pessoal	3.934	3.588
Remuneração direta	2.659	2.404
Benefícios	861	889
FGTS	220	196
Outros	194	99
Impostos, taxas e contribuições	872	316
Federais	396	39
Estaduais	306	120
Municipais	170	157
Remuneração de capitais de terceiros	3.278	3.127
Juros	3.262	3.087
Aluguéis	16	40
Remuneração de capitais próprios	769	710
Juros sobre capital próprio	125	-
Dividendos	20	-
Lucros retidos	624	710
Valor adicionado total distribuído	8.853	7.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais)

	Nota	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2023		1.263	36	180	632	1.462	325	-	(2)	3.896
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	710	-	710
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Valor justo de recebíveis		-	-	-	-	-	-	-	2	2
IR sobre outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Resultado abrangente do exercício								710	(7)	705
Aumento de capital em espécie	20.1	9	-	-	-	-	-	-	-	9
Opções de ações outorgadas		-	20	-	-	-	-	-	-	20
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	710	-	(710)	-	-
Reserva de expansão		-	-	-	325	(325)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.272	56	180	957	2.172	-	-	(7)	4.630
Outros resultados abrangentes								769		769
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Valor justo de recebíveis		-	-	-	-	-	-	-	3	3
IR sobre outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Resultado abrangente do exercício								769	(5)	764
Opções de ações outorgadas		-	32	-	-	-	-	-	-	32
Juros sobre capital próprio	20.2	-	-	-	-	-	-	(125)	-	(125)
Dividendos	20.2	-	-	-	-	-	-	(20)	-	(20)
Recompra de ações	20.6	-	-	-	-	-	(26)	-	-	(26)
Reserva de incentivos fiscais	20.5	-	-	-	-	229	-	(229)	-	-
Reserva legal	20.3	-	-	27	-	-	-	(27)	-	-
Reserva para retenção de lucros		-	-	-	-	-	368	(368)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.272	88	207	957	2.401	368	(26)	(12)	5.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Vendas de mercadorias e serviços	80.388	72.638
Reversão de (perdas) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	12	(4)
Outras despesas, líquidas	(5)	(5)
	80.395	72.629
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias vendidas	(66.781)	(60.648)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.524)	(3.110)
	(70.305)	(63.758)
Valor adicionado bruto	10.090	8.871
Retenções		
Depreciação e amortização	(1.640)	(1.476)
Valor adicionado líquido produzido	8.450	7.395
Recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	64	51
Receitas financeiras	339	295
	403	346
Valor adicionado total distribuído	8.853	7.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

- CONTEXTO OPERACIONAL**
A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "ASAI3". A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira "ASSAI", sendo este o único segmento divulgável. A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia operava 302 lojas (288 lojas em 31 de dezembro de 2023) e 12 Centros de Distribuição (11 Centros de Distribuição em 31 de dezembro de 2023), estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 24 estados e no Distrito Federal.
Em 19 de dezembro de 2024 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a intenção da Companhia de realizar a deslistagem voluntária de suas *American Depositary Shares ("ADSs") da New York Stock Exchange ("NYSE")*. A deslistagem, que foi efetivada no dia 09 de janeiro de 2025, está em linha com a estratégia de longo prazo da Companhia de manter a eficiência da operação. As ADSs passaram a ser negociadas em mercado balcão com o *ticker "ASAI"*.
- Assuntos do ano**
Os assuntos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram:
 - Deslistagem das ADSs da NYSE, vide nota 1.
 - Captação de empréstimo em moeda estrangeira, vide nota 16.9.1.
 - Emissão de 9ª, 10ª, 11ª e 12ª debêntures, vide nota 16.10.
 - Distribuição de juros sobre capital próprio, vide nota 20.2.
 - Ações em tesouraria, vide nota 20.6.
 - Planos de benefícios de longo prazo, vide notas 20.7.4 e 20.7.5.
- Continuidade operacional**
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.
- BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem a Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. Em conformidade com a OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R\$. A moeda funcional da Companhia é o Real - R\$.
As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2025. As referências às normas internacionais de relatório financeiro *IFRS* foram

atualizadas pelas diretrizes de marcas registradas da Fundação IFRS. As diretrizes atualizadas da Fundação IFRS exigem, entre outras coisas, que os padrões da IFRS, incluindo as *International Accounting Standards - IASs* e as *IFRSs*, sejam chamados de "*IFRS Accounting Standards*".

Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71

50 ANOS
ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificadas como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificadas como "não circulantes". Ativos e passivos de longo prazo não são ajustados a valor presente no reconhecimento inicial, pois seus efeitos são imateriais.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificadas como "não circulantes", líquidos por entidade legal.

3.3 Subvenções governamentais
São reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

3.4 Dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota 20.2.

3.5 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros
As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos e de arrendamentos realizadas pela Companhia estão sendo divulgadas nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos e arrendamentos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.6 Demonstração do valor adicionado
Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e de depreciação e amortização) e pelo valor recebido em transferência (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NORMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2024

4.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente
Em 2024, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações aplicáveis para a Companhia são:

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. Devem ser divulgadas as seguintes informações: • Os termos e as condições dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento; • As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; e • Informações sobre o risco de liquidez.
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulante e não circulante	As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants	A IAS 1 exige que classifique a dívida como não circulante somente se a entidade puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório. A iniciativa visa melhorar as informações divulgadas por entidades sobre dívidas de longo prazo com covenants, e permitir que os investidores entendam o risco de que determinada dívida seja reembolsada antecipadamente.
Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	As alterações requerem que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou antecipadamente, sendo o principal aplicável a Companhia:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/após
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação e introduziu novas exigências para: • apresentar categorias específicas e subtópicos definidos na demonstração do resultado; • apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e • melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.	01/01/2027

Essa alteração está em fase de avaliação, mas é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas IFRS S1 e S2/CBPS* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima

Em atendimento às Resoluções CVM nº 193/2024, nº 217/2024, nº 218/2024 e nº 219/2024, que exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionadas ao clima, a Companhia está avaliando os impactos das normas e não realizará a adoção voluntária para 2024. O prazo obrigatório para adoção é a partir de 1º de janeiro de 2026.

*Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.

PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

Política Contábil	Notas
Redução ao valor recuperável - impairment	7.2, 11.1, 12.1, 13.2 e 13.3
Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda	8.2
Tributos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários	9
Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do leasing e da taxa de juros incremental	14.2
Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros	16.8
Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade	17
Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, incluindo tratamentos incertos	17.4.1 e 19
Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação	20.7

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	106	352
Caixa e bancos - Exterior (i)	28	22
Aplicações financeiras (ii)	5.494	5.085
	5.628	5.459

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R\$28 em dólares norte-americanos (R\$22 em dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras correspondem às operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 98,54% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95,92% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A exposição da Companhia aos indexadores de taxa de juros e a análise de sensibilidade para estes ativos financeiros estão divulgadas na nota 16.7.

CONTAS A RECEBER
Os saldos são registrados inicialmente pelo valor da transação, que correspondem ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de cartão de crédito; e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Proveniente de vendas com:			
Cartões de crédito	7.1	1.418	589
Cartões de crédito - Partes relacionadas (FIC)	10.1	412	211
Tickets	7.1	113	185
Total de cartões de crédito e tickets		1.943	985
Boleto		177	148
Fornecedores e outros		93	81
		2.213	1.214

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
		(3)	(15)
		2.210	1.199

Abaixo apresentamos a composição do saldo pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Títulos vencidos		
	Total	Acima de	
31 de dezembro de 2024	2.213	2.204	
31 de dezembro de 2023	1.214	1.202	
		Até 30 dias	
		30 dias	
		8	1
		5	7

Cessão de contas a receber de clientes

A Companhia fez cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber, referente a cartão de crédito e tickets junto às administradoras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o montante correspondente a essas operações é de R\$1.976 (R\$2.757 em 31 de dezembro de 2023). O montante foi baixado do saldo de contas a receber, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$127 (R\$116 em 31 de dezembro de 2023), classificado na rubrica "Custo e desconto de recebíveis" na nota 24.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor dos recebíveis, atualmente, passíveis de desconto (cartões de crédito e tickets) é de R\$1.943 (R\$985 em 31 de dezembro de 2023).

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com contas a receber por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento. O saldo é mensurado ao custo amortizado e apresentado como reductor do seu saldo contábil.

10 PARTES RELACIONADAS

10.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos do Ativo				Saldos do Passivo		Transações	
	Contas a receber	Outros ativos	Fornecedores	Receitas (Despesas)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Joint Venture								
Financeira Itau CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") (i)	412	211	23	23	26	28	30	27
	412	211	23	23	26	28	30	27
Circulante	412	211	-	-	26	28	-	-
Não circulante	-	-	23	23	-	-	-	-

Coligadas (ii)
Casino Guichard Perrachon
Euris
Grupo Pão de Açúcar ("GPA")
Wilkes Participações S.A.

(i) FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (a) serviços de correspondente bancário no Brasil; (b) acordo de indenização em que a FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (c) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

(ii) Em 23 de junho de 2023, conforme Comunicado ao Mercado divulgado na mesma data, o Casino, por meio das suas controladas Wilkes, Geant International BV ("GIBV") e Segisor S.A.S ("Segisor"), alienou 157.582.850 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 11,67% do seu capital social, por meio de uma operação de block trade realizada na mesma data. Como resultado, o Grupo Casino passou a deter uma participação inferior a 0,01% do capital social de Sendas, deixando, assim, de ser considerada uma parte relacionada da Companhia. Os saldos com essas empresas e suas controladas, estão sendo apresentados nas rubricas Outras contas a receber e Outras contas a pagar do balanço patrimonial nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As transações com partes relacionadas estão sendo representadas por operações realizadas segundo preços, termos e condições acordadas entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado.

	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	(15)	(11)
Adições	(42)	(50)
Reversões	49	46
Baixas	5	-
No final do exercício	(3)	(15)

ESTOQUES
São contabilizados pelo custo de aquisição e avaliados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lojas		6.498	6.033
Centrais de distribuição		1.231	1.237
Acordos comerciais	8.1	(505)	(525)
Perdas com estoques	8.2	(97)	(81)
		7.127	6.664

Acordos comerciais
Em 31 de dezembro de 2024, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como reductor do saldo de estoques, totalizou R\$505 (R\$525 em 31 de dezembro de 2023).

Perdas com estoques
Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de quebras e giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	(81)	(68)
Adições	(649)	(567)
Reversões	16	29
Baixas	617	525
No final do exercício	(97)	(81)

TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia registra créditos tributários quando: (i) são gerados na operação; ou (ii) se reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização.

O crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, é reconhecido como reductor de "custo das mercadorias vendidas" e o Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS, como reductor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização dos tributos é efetuada com base em projeções de crescimento, aspectos operacionais e estimativas de geração de débitos para a utilização dos créditos pela Companhia. Os estudos mencionados são elaborados e revisados periodicamente com fundamento em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

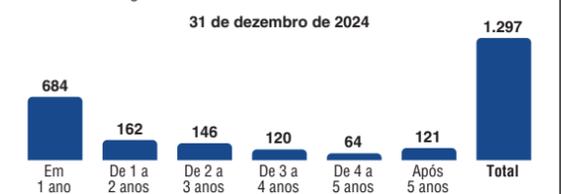
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	9.1	1.297	1.085
PIS e COFINS	9.2	353	287
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		144	169
Impostos retidos a recuperar		119	132
		1.913	1.673
		1.241	1.100
		672	573

Crédito de ICMS

Os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada em cada Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, gera uma antecipação do tributo e consequentemente um ressarcimento em determinadas operações.

Expectativa de realização dos créditos de ICMS

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuam para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



9.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo das contribuições, no caso de ser apenas o ICMS pago ou se todo o ICMS, conforme destacado nas respectivas notas fiscais. O STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo.

Atualmente a Companhia, com o julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuam para a realização do saldo de PIS e da COFINS a recuperar, no montante de R\$353 e a expectativa de realização está dentro de 1 ano.

Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71

50 ANOS
ASSAI
ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Adicionalmente, após a conclusão da cisão entre a Companhia e o GPA em 31 de dezembro de 2020, ambas se comprometeram a enviar esforços comercialmente razoáveis, no prazo de até 18 meses, para liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover a contraparte da posição fiadora, em relação a passivos ou obrigações, passando a incidir, após o referido prazo, o pagamento de *fee*, de forma líquida, a título de remuneração das garantias prestadas por ambas as partes. Caso a Companhia e o GPA deixassem de estar submetidos a controle comum, as partes ficariam obrigadas a liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover as garantias até então não substituídas ou prestadas, observados os prazos estabelecidos no Acordo de Separação.

A Companhia e o GPA deixaram de ser partes relacionadas no exercício social de 2023 e estão tomando as providências necessárias para substituição das garantias cruzadas sobre as obrigações contratuais de: (i) aluguel de lojas; (ii) contrato de empréstimo; e (iii) compra de energia. O *fee* pago ao GPA a título de remuneração das garantias prestadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram inferiores a R\$1.

10.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações e plano de pagamento baseado em ações (i)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	Conselho de administração	12.418	11.512	-	-	-	5.250	12.418
Diretores estatutários	15.436	11.083	19.471	29.794	24.448	13.265	59.355	54.142
Diretores não estatutários	42.131	31.429	43.867	53.132	18.370	14.802	104.368	99.363
Conselho fiscal	596	548	-	-	-	-	596	548
	70.581	54.572	63.338	82.926	42.818	33.317	176.737	170.815

(i) Maiores detalhes do plano de pagamento baseado em ações para os Diretores estatutários, vide nota 20.7.3.

O plano de opção de compra de ações, integralmente conversíveis em ações, se relaciona aos executivos da Companhia e esse plano vem sendo tratado no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto prazo concedidos aos membros da administração da Companhia. Os novos planos de benefícios de longo prazo estão divulgados nas notas 20.7.4 e 20.7.5.

11 INVESTIMENTOS

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A controlada em conjunto está sendo contabilizada no método da equivalência patrimonial.

A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

Tipo de investimento	Sociiedades	País	Participação nos investimentos - %	
			31/12/2024	31/12/2023
<i>Joint Venture</i>	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	50,00	50,00

Informações financeiras resumidas da *Joint Venture*

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	1	1
Ativo não circulante	461	581
Patrimônio líquido	462	582
Lucro líquido do exercício	128	102

Composição e movimentação dos investimentos

	Bellamar
Saldo em 31/12/2022	833
Equivalência patrimonial	51
Dividendos recebidos	(20)
Saldo em 31/12/2023	864
Equivalência patrimonial	64
Dividendos recebidos	(124)
Saldo em 31/12/2024	804

11.1 Negócio em conjunto (*Joint Venture*)

A Bellamar é uma sociedade que detém 35,76% do capital social da FIC (Financeira do Banco Itaú) e, portanto a Companhia detém, de forma indireta, participação de 17,88% na FIC. A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

O investimento está reconhecido como um negócio em conjunto (*Joint Venture*) e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial que, de acordo com o CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é composto pelo saldo ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição e por valor de mais valia decorrente de reavaliação de valor justo em permuta de ações com o GPA em 2020, quando da ocorrência do processo de cisão de Companhia.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Em função do ativo de vida útil indefinida reconhecido como parte do saldo de Investimentos, após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda por valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e, se necessário, reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou teste de recuperabilidade do investimento pela metodologia de valor em uso baseado na abordagem de fluxo de dividendos projetados e descontados a valor presente, adotando as seguintes premissas:

- *Capital Asset Pricing Model - CAPM* de 13,5% (13,0% em 31 de dezembro de 2023).
- Plano de negócios da FIC para o período de 5 anos, com crescimento de 5,5% na Receita Líquida e adoção de taxa de perpetuidade de 3,8%.

Adicionalmente, em função da existência de cláusula de exclusividade no Acordo de Associação com o acionista da FIC, Itaú Unibanco Holding S.A., que expira em 2029 e que poderá ou não ser renovado pelas partes, a Administração da Companhia realizou uma análise de sensibilidade sobre o valor recuperável estimado, contemplando diferentes cenários e taxa que a Administração considerou razoáveis de ocorrer no vencimento da referida cláusula. Como resultado dos testes realizados, não foi identificada a necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável do ativo em 31 de dezembro de 2024.

12 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfetos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfetos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A seguir, apresentamos a taxa média de depreciação anual do imobilizado:

Taxa média de depreciação anual		
Edifícios	2,50%	Máquinas e equipamentos
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	5,28%	Móveis e utensílios
		Instalações
		Outros
		8,24%
		13,57%
		29,83%

A taxa média de depreciação do imobilizado é de 8,06% em 31 de dezembro de 2024.

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2024 e concluiu que não há alteração a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

12.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa de que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC (loja), exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto nominal, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC") que reflete as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de recuperação (*impairment test*) dos intangíveis incluindo ágio e fundo de comércio, são apresentados nas notas 13.2 e 13.3, respectivamente.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

12.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (35%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
 - Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja e taxa de desconto de 13,82% ao ano (11,34% ao ano em 2023) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.
- A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos testes efetuados, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

12.2 Movimentação e composição do imobilizado

	Saldo em 31/12/2023	Adições (i)	Baixas	Depreciações e outros	Saldo em 31/12/2024	Custo histórico	Depreciação acumulada
Edifícios	777	46	-	(23)	894	1.074	(180)
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	8.099	773	(7)	(502)	8.318	10.301	(1.983)
Máquinas e equipamentos	2.310	378	(6)	(272)	2.431	3.668	(1.237)
Instalações	270	13	-	(38)	245	443	(198)
Móveis e utensílios	903	132	(5)	(158)	889	1.447	(558)
Imobilizações em andamento	111	100	(1)	-	123	123	-
Outros	119	34	-	(53)	105	292	(187)
	13.148	1.476	(19)	(1.046)	13.564	17.907	(4.343)

	Saldo em 31/12/2022	Adições (i)	Baixas	Depreciações e outros	Saldo em 31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada
Edifícios	730	45	-	(19)	777	934	(157)
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	6.865	1.659	(26)	(438)	8.099	9.583	(1.484)
Máquinas e equipamentos	1.440	499	(16)	(214)	2.310	3.285	(975)
Instalações	585	84	(2)	(58)	609	430	(160)
Móveis e utensílios	755	186	(5)	(144)	800	1.311	(408)
Imobilizações em andamento	543	47	(1)	-	619	619	-
Outros	64	42	(1)	(45)	60	255	(136)
	11.582	2.579	(51)	(918)	13.148	16.468	(3.320)

(i) Inclui a capitalização de juros no valor de R\$46 (R\$257 em 31 de dezembro de 2023), vide nota 12.3.

12.3 Capitalização de juros dos empréstimos e arrendamentos financeiros

O valor dos custos de empréstimos e arrendamentos financeiros capitalizados diretamente atribuíveis à reforma, construção e aquisição de ativos imobilizados e intangíveis no escopo do CPC 20 (R1)/IAS 23 - Custo de Empréstimos e o valor dos juros de passivo de arrendamento incorporados ao valor dos ativos imobilizados e/ou intangíveis, pelo período em que os ativos ainda não estão em seu uso pretendido de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, totalizaram o valor de R\$46 (R\$257 em 31 de dezembro de 2023). A taxa média adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 113,42% (111,05% em 31 de dezembro de 2023) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

12.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Adições	1.476	2.579
Juros capitalizados	(46)	(257)
Aquisição de imobilizado - Adições	(1.390)	(2.298)
Aquisição de imobilizado - Pagamentos	1.607	3.092
	1.647	3.116

As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos períodos, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

12.5 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$93 (R\$82 em 31 de dezembro de 2023), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes a serviços de transformação e centrais de distribuição.

13 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágio, *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas) e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 anos), cuja taxa média de amortização é de 20% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicáveis, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

13.1 Movimentação e composição do intangível

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2024	Custo histórico	Amortização acumulada
Softwares	63	42	(23)	82	221	(139)
Fundo de comércio	4.452	-	(8)	4.444	4.491	(47)
Marcas	39	-	-	39	39	-
	5.172	42	(31)	5.183	5.622	(439)

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortizações	Saldo em 31/12/2023	Custo histórico	Amortização acumulada
Softwares	76	30	(1)	(43)	63	181	(118)
Fundo de comércio	4.267	192	-	(7)	4.452	4.491	(39)
Marcas	39	-	-	-	39	39	-
	5.000	222	(1)	(50)	5.172	5.582	(410)

13.2 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (*impairment test*) dos intangíveis utiliza as mesmas práticas descritas na nota 12.1.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisou o planejamento estratégico utilizado para avaliação do *impairment test* para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos cinco anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2024, conforme demonstradas abaixo:

📊 **Receitas:** projetadas de 2025 a 2029 considerando crescimento histórico das vendas e as projeções de inflação, sem considerar a expansão de lojas;

📊 **Lucro bruto:** considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de venda;

📊 **Despesas:** considerando o nível histórico expresso em percentagem de venda e buscando ganhos de produtividade e eficiência;

📊 **Capital de giro:** projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;

📊 **Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (capex):** foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;

📊 **Valor terminal:** foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;

📊 **Taxa de desconto:** elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 13,82% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (11,34% ao ano em 31 de dezembro de 2023); e

📊 **Taxa de crescimento na perpetuidade:** a taxa de crescimento considerada foi de 4,19% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (4,00% ao ano em 31 de dezembro de 2023).

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

13.3 Fundo de comércio

É o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou

continua ->

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 ANOS
ASSAI
ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio com vida útil definida e indefinida, são testados seguindo as premissas descritas na nota 13.2. A Companhia considerou o fluxo de caixa descontado da respectiva loja para o teste de *impairment*, ou seja, a loja é a unidade geradora de caixa - UGC.

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

13.4 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Adições	42	222
Aquisição de intangível - Adições	-	(175)
Aquisição de intangível - Pagamentos	-	122
	<u>42</u>	<u>169</u>

14 ARRENDAMENTO

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5 mil (equivalente a R\$31 mil em 31 de dezembro de 2024).

Os contratos são registrados quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao direito de uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

14.1 Direito de uso

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado. A seguir, apresentamos a taxa média de amortização anual do direito de uso:

Taxa média de amortização anual		
Edifícios	Equipamentos	Bens e direitos
5,09%	20,34%	10,00%
Estação Carrão - Assai Atacadista		

14.1.1 Movimentação e composição do direito de uso

	Saldo em 31/12/2023						Custo histórico	Amortização acumulada
	Adições	Remensuração	Baixas	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2024		
Edifícios	8.203	225	495	(21)	(557)	(5)	8.340	
Equipamentos	3	-	44	-	(5)	1	43	
Bens e direitos	16	-	1	-	(1)	(1)	15	
	<u>8.222</u>	<u>225</u>	<u>540</u>	<u>(21)</u>	<u>(563)</u>	<u>(5)</u>	<u>8.398</u>	

	Saldo em 31/12/2022						Custo histórico	Amortização acumulada
	Adições	Remensuração	Baixas	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2023		
Edifícios	7.593	2.669	296	(1.824)	(500)	(31)	8.203	
Equipamentos	8	-	-	-	(5)	-	3	
Bens e direitos	18	-	1	-	(3)	-	16	
	<u>7.619</u>	<u>2.669</u>	<u>297</u>	<u>(1.824)</u>	<u>(508)</u>	<u>(31)</u>	<u>8.222</u>	

(i) Conforme divulgado na nota 10.1, em 23 de junho de 2023 o Casino, por meio da suas controladas Wilkes, GIBV e Segisor, alienou suas ações ordinárias, modificando a estrutura acionária da Companhia. Diante da mudança acionária, houve a necessidade da renegociação de alguns contratos de aluguel ocasionando um incremento líquido no arrendamento no valor de R\$476. A Administração, com base no CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, avaliou e concluiu esta transação como extinção do contrato anterior e reconhecimento de novo contrato, com vencimento em 2045, devido à alteração substantiva no escopo, que inclui, principalmente, alteração dos ativos objeto do contrato e alteração de valores dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o processo de renegociação encontrava-se concluído.

14.2 Passivo de arrendamento

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos.

Os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

14.2.1 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$9.644 em 31 de dezembro de 2024 (R\$9.184 em 31 de dezembro de 2023). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - Pagamentos mínimos		
Até 1 ano	412	532
De 1 a 5 anos	1.569	1.702
Mais de 5 anos	7.663	6.950
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<u>9.644</u>	<u>9.184</u>
Circulante	412	532
Não circulante	9.232	8.652
Encargos futuros de financiamento	13.182	13.164
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<u>22.826</u>	<u>22.348</u>
PIS/COFINS embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	430	558
PIS/COFINS embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	1.018	1.359

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota 24. A taxa média de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 12,28% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (12,12% em 31 de dezembro de 2023).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 6,55% (6,72% em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio dos contratos considerados em 31 de dezembro de 2024 é de 17 anos (18 anos em 31 de dezembro de 2023).

14.2.2 Movimentação das obrigações de arrendamento mercantil

	31/12/2024	31/12/2023
Em 31 de dezembro de 2022		
Captação - Arrendamento (i)	8.360	8.360
Remensuração	2.669	2.669
Provisão de juros	297	297
Amortização de principal	1.004	1.004
Amortização de juros	(262)	(262)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato (i)	(977)	(977)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>9.184</u>	<u>9.184</u>
Captação - Arrendamento	225	225
Remensuração	540	540
Provisão de juros	1.069	1.069
Amortização de principal	(289)	(289)
Amortização de juros	(1.060)	(1.060)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(25)	(25)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>9.644</u>	<u>9.184</u>

(i) A movimentação do exercício se refere principalmente à renegociação de contratos de aluguel conforme divulgado na nota 14.1.1.

14.3 Resultado com aluguéis variáveis e subarrendamentos

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

	31/12/2024	31/12/2023
(Despesas) receitas do exercício:		
Variáveis (1% a 2% das vendas)	(15)	(21)
Subarrendamentos (i)	110	93

(i) Refere-se, principalmente, à receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

14.4 Informação complementar

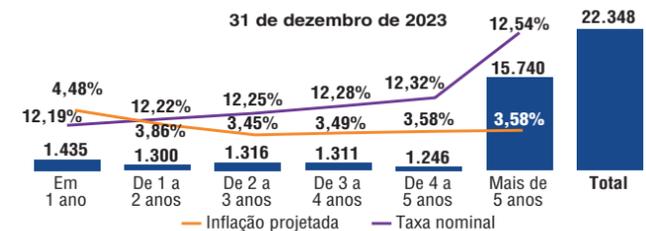
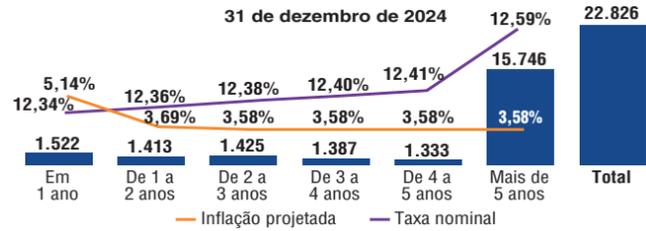
Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na mensuração e remensuração do seu direito de uso, empregando o modelo de fluxo de caixa descontado, sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação para atender os requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos e as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos ativos e passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa real), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e as taxas de juros utilizadas no cálculo, estão divulgadas na nota 14.2.1, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo real		
Direito de uso dos ativos	8.398	8.222
Passivo de arrendamento	22.826	22.348
Juros embutidos	(13.182)	(13.164)
	<u>9.644</u>	<u>9.184</u>
Fluxo inflacionário		
Direito de uso dos ativos	12.022	12.776
Passivo de arrendamento	33.236	35.568
Juros embutidos	(18.084)	(19.354)
	<u>15.152</u>	<u>16.214</u>

Abaixo, apresentamos o valor do fluxo de pagamentos de acordo com o prazo médio ponderado com as respectivas taxas nominal e de inflação em percentual para cada período apresentado:



15 FORNECEDORES E FORNECEDORES - CONVÊNIOS

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Forneecedores			
Produtos		11.253	10.363
Aquisição de imobilizado		156	158
Serviços		160	150
Serviços - Partes relacionadas (FIC)	10.1	26	28
Acordos comerciais	15.1	(874)	(902)
		<u>10.721</u>	<u>9.797</u>
Forneecedores - Convênios			
Produtos	15.2	779	1.070
Aquisição de imobilizado	15.2	159	389
Aquisição de hipermercado (i)		-	892
		<u>938</u>	<u>2.351</u>
		<u>11.659</u>	<u>12.148</u>
		<u>11.647</u>	<u>12.110</u>
Circulante			
Não circulante			
(i) Liquidação total em janeiro de 2024 no valor de R\$894.		12	38

15.1 Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

A Companhia fez cessão, sem direito de regresso, de parte de seus acordos comerciais, junto às instituições financeiras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de recebíveis desses acordos a vencer correspondente a essas operações é de R\$234 (R\$146 em 31 de dezembro de 2023). O montante foi desreconhecido do saldo de recebíveis de Acordos comerciais, pois todos os riscos relacionados aos acordos comerciais foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$6 (R\$3 em 31 de dezembro de 2023), classificado na rubrica "Custo e desconto de recebíveis" na nota 24.

15.2 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela Companhia. Geralmente, essas transações são denominadas "forfait" "confirming" "risco sacado". As instituições financeiras passam a ser credoras e a Companhia efetua os pagamentos nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor.

A Administração, com base no CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7, avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores originalmente contratados. Essas transações têm o propósito de facilitar o fluxo de caixa de seus fornecedores sem realizar a antecipação de pagamentos pela Companhia. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para divulgação.

Referidos saldos são classificados como "Fornecedores - Convênios" e os fluxos de caixa advindos destas transações é apresentado como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras). Nestas transações, a Companhia auferiu receita referente ao prêmio pela indicação dos fornecedores para as operações de antecipação de títulos, reconhecida no resultado financeiro, nota 24, na rubrica "Receita de antecipação de títulos", no valor de R\$54 em 31 de dezembro de 2024 (R\$42 em 31 de dezembro de 2023), representando 1,57% do volume de transações de antecipações ocorridas ao longo de 2024 (1,21% no período findo em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar relacionado a estas operações é de R\$938 (R\$1.459 em 31 de dezembro de 2023).

As operações de Fornecedores e Fornecedores - Convênio são similares e não ultrapassam o prazo de 120 dias de vencimento em 31 de dezembro de 2024.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é determinada baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro, no escopo da norma, nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

• **Ativos financeiros mensurados ao VJR:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. São reconhecidos no resultado os ganhos e perdas cambiais, a receita de juros e as perdas. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes ("ORA"). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

• **Passivos financeiros ao VJR:** Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

• **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

continua *

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-7150 ANOS
ATACADISTAASAI3
B3 LISTED NM

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Nota	Custo amortizado	Valor justo	VJORA	Saldo em 31/12/2024
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.628	-	-	5.628
Partes relacionadas	10.1	23	-	-	23
Contas a receber e outras contas a receber		348	-	-	348
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	-	390	-	390
Contas a receber com cartões de crédito e tickets	7.1	-	-	1.943	1.943
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar		(169)	-	-	(169)
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	15	(11.659)	-	-	(11.659)
Empréstimos em moeda nacional	16.9.1	(918)	(29)	-	(947)
Empréstimos em moeda estrangeira	16.9.1	-	(801)	-	(801)
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	(11.542)	(3.257)	-	(14.799)
Passivo de arrendamento	14.2	(9.644)	-	-	(9.644)
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	-	(18)	-	(18)
Exposição líquida		(27.933)	(3.715)	1.943	(29.705)

	Nota	Custo amortizado	Valor justo	VJORA	Saldo em 31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.459	-	-	5.459
Partes relacionadas	10.1	23	-	-	23
Contas a receber e outras contas a receber		396	-	-	396
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	-	274	-	274
Contas a receber com cartões de crédito e tickets	7.1	-	-	985	985
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar		(216)	-	-	(216)
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	15	(12.148)	-	-	(12.148)
Empréstimos em moeda nacional	16.9.1	(1.943)	(40)	-	(1.983)
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	(10.051)	(3.142)	-	(13.193)
Passivo de arrendamento	14.2	(9.184)	-	-	(9.184)
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	-	(8)	-	(8)
Exposição líquida		(27.664)	(2.916)	985	(29.595)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota 16.8.

16.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle. Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

16.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

16.4 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos. A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, e aluguéis a receber é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções. A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra-parte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

- **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.
- **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.
- **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

• **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- Status de inadimplência, risco de default e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

16.5 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

16.5.1 Risco de crédito

• **Caixa e equivalentes de caixa**

O risco de minimizar o risco de crédito, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizadas.

As aplicações financeiras da Companhia, de acordo com o rating em escala nacional das instituições financeiras, são representadas 100% brAAA em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

• **Contas a receber**

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito e tickets. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desreconhecimento das contas a receber. Além disso, as principais adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Adicionalmente, para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela realização das transações em conformidade com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.

Exceto os saldos relacionados a cartões de crédito e tickets, não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

16.5.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

16.5.3 Risco de taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

16.5.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, debêntures e notas promissórias	16.655	15.184
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.628)	(5.459)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(390)	(274)
Dívida líquida	10.547	9.451
Patrimônio líquido	5.255	4.630
% Dívida líquida sobre patrimônio líquido	201%	204%

16.5.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	181	1.946	-	2.127
Debêntures e notas promissórias	3.659	12.986	4.939	21.584
Instrumentos financeiros derivativos	215	(586)	(293)	(664)
Passivo de arrendamento	1.522	5.558	15.746	22.826
Fornecedores	10.710	12	-	10.722
Fornecedores - Convênios	938	-	-	938
Outras contas a pagar	141	28	-	169
	17.366	19.944	20.392	57.702

As informações foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

16.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente mensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar à contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuído ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados. São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

• A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e

• No cálculo do valor justo, os valores futuros dos swaps são projetados de acordo com as curvas divulgadas pela B3 (CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), acrescidas dos spreads das operações. Para o cálculo do valor presente dessas operações os valores futuros são descontados utilizando as mesmas curvas, porém, acrescidas dos spreads divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, referente às operações realizadas no mercado secundário.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de taxa de juros, variação cambial e para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de referência dos contratos era R\$3.710 (R\$2.956 em 31 de dezembro de 2023). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de swaps com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48/IFRS 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos spreads das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

	Valor de referência	Valor justo
	31/12/2024	31/12/2023
Swap de hedge		
Objeto de hedge (dívida)	3.710	2.956
Posição ativa	-	4.082
Taxa pré-fixada	27	106
USD + Fixa	731	-
Hedge - CRI	2.952	2.850
Posição passiva	(3.710)	(2.956)
Posição de hedge líquida	-	372

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$372 (a receber R\$266 em 31 de dezembro de 2023), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e o passivo em "Empréstimos e Debêntures".

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 resultaram em uma perda de R\$13 (perda de R\$115 em 31 de dezembro de 2023), sendo apresentado nas rubricas de "Custo da dívida" e "Perda de marcação a mercado", nota 24.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Dívida				
USD - BRL	USD18	2026	7	-
USD - BRL	USD109	2027	59	-
		2028, 2029 e 2031	314	267
Dívida				
IPCA - BRL	R\$1.972			
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP				
Taxa pré-fixada x CDI	R\$879	2027	(10)	(5)
Taxa pré-fixada x CDI	R\$14	2027	1	2
Taxa pré-fixada x CDI	R\$15	2027	1	2
Derivativos - Hedge de valor justo - Brasil			372	266

16.7 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário de mudanças razoáveis possíveis, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (juros) da B3.

Para determinação de qual mudança possível na variável de risco relevante, a Administração considerou o ambiente econômico na qual ela opera. Dessa maneira, o cenário (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros e a taxa de juros ponderada (CDI) foi de 15,18% ao ano. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma deterioração de 5% e 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros, com o intuito de demonstrar a sensibilidade no resultado da Companhia.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e equivalentes de caixa na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Nota	Risco (Aumento das taxas)	Projeções de mercado (Saldo em rio)		
			31/12/2024	Cenário (I)	Cenário (II)
CDI +					
Empréstimos	16.9.1	1,62% a.a.	(923)	(140)	(147)
Empréstimos CDI + (taxa pré-fixada)	16.9.1	0,20% a.a.	(29)	(5)	(5)
Empréstimos CDI + (moeda estrangeira)	16.9.1	1,34% a.a.	(801)	(122)	(128)
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	1,34% a.a.	(14.975)	(2.243)	(2.355)
Efeito líquido (perda) total			(16.728)	(2.510)	(2.635)
Equivalentes de caixa					
Exposição líquida passiva	6	98,54% do CDI	5.494	834	876
			(11.234)	(1.676)	(1.759)

16.8 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46/IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

continua →

Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71

50 ANOS
ASSAI
ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o "benchmarking" do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, todos classificados como "Nível 2", cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de cartões de crédito e tickets	1.943	985	1.943	985
Swaps de taxas de juros entre moedas	66	-	66	-
Swaps de taxas de juros	(8)	(1)	(8)	(1)
Swaps de taxas de juros - CRI	314	267	314	267
Empréstimos e debêntures (valor justo)	(4.087)	(3.182)	(4.087)	(3.182)
Empréstimos, debêntures e notas promissórias (custo amortizado)	(12.460)	(11.994)	(12.188)	(11.716)
	(14.232)	(13.925)	(13.960)	(13.647)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os swaps de taxa de juros, de empréstimos e debêntures são classificados no Nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

16.9 Empréstimos

16.9.1 Composição da dívida

	Taxa média	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,34% a.a.	14.975	13.378
Custo de captação		(176)	(185)
		14.799	13.193

Instrumentos financeiros derivativos

- Debêntures e notas promissórias			
Contratos de swap	CDI + 1,06% a.a.	(304)	(262)
		(304)	(262)

Empréstimos em moeda nacional

Capital de giro	CDI + 0,20% a.a.	29	40
Capital de giro	CDI + 1,62% a.a.	923	1.952
Custo de captação		(5)	(9)
		947	1.983

Instrumentos financeiros derivativos

- Moeda nacional			
Contratos de swap	CDI + 0,20% a.a.	(2)	(4)
		(2)	(4)

16.10 Debêntures e notas promissórias

	Valor de emissão (em milhares)	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31 de dezembro de 2024	
			Início	Vencimento			31/12/2024	31/12/2023
1ª Emissão de notas promissórias - 5ª série	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	-	289	
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	80.710.560	322	
2ª Emissão de debêntures - 1ª série (i)	940.000	940.000	01/06/2021	20/05/2026	CDI + 1,70% a.a.	-	954	
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	660.000	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.014	669	
2ª Emissão de notas promissórias - 1ª série	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/08/2024	CDI + 1,47% a.a.	-	1.681	
2ª Emissão de notas promissórias - 2ª série (i)	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/02/2025	CDI + 1,53% a.a.	-	1.683	
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	982.526	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.199	1.178	
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	517.474	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.199	620	
4ª Emissão de debêntures - série única	2.000.000	2.000.000	07/01/2022	26/11/2027	CDI + 1,75% a.a.	1.012	2.024	
1ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	750.000	750.000	10/02/2022	09/02/2025	CDI + 1,70% a.a.	1.048	786	
5ª Emissão de debêntures - série única - CRI	250.000	250.000	05/04/2022	28/03/2025	CDI + 0,75% a.a.	1.028	258	
6ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	72.962	72.962	28/09/2022	11/09/2026	CDI + 0,60% a.a.	1.032	75	
6ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	55.245	55.245	28/09/2022	13/09/2027	CDI + 0,70% a.a.	1.033	58	
6ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	471.793	471.793	28/09/2022	13/09/2029	IPCA + 6,70% a.a.	1.131	534	
2ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	400.000	400.000	26/12/2022	26/12/2025	CDI + 0,93% a.a.	1.280	513	
7ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	145.721	145.721	25/07/2023	15/07/2026	CDI + 1,00% a.a.	1.054	154	
7ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	878.503	878.503	25/07/2023	15/07/2027	Pré 11,75% a.a.	1.053	925	
7ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	46.622	46.622	25/07/2023	17/07/2028	CDI + 1,15% a.a.	1.055	50	
8ª Emissão de debêntures - 1ª série	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2027	CDI + 1,85% a.a.	1.003	401	
8ª Emissão de debêntures - 2ª série	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.003	401	
9ª Emissão de debêntures - série única	500.000	500.000	28/03/2024	26/03/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.031	516	
10ª Emissão de debêntures - série única	1.800.000	1.800.000	25/06/2024	20/06/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.003	1.805	
11ª Emissão de debêntures - série única	2.800.000	2.800.000	01/10/2024	25/09/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.029	2.882	
12ª Emissão de debêntures - série única	800.000	800.000	13/12/2024	10/12/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.006	804	
Custo de captação							(176)	
							(185)	
							14.799	
							13.193	

(i) Em 02 de outubro de 2024, a Companhia captou R\$2.800, por meio da 11ª emissão de debêntures simples, que foram destinados exclusivamente para gestão de passivos, incluindo o pré-pagamento da totalidade da 2ª série das notas promissórias da 2ª emissão da Companhia, bem como da totalidade da 1ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, as quais foram pagas em 10 e 11 de outubro de 2024, respectivamente, no valor total de R\$2.843.

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas são: sem preferência; não conversíveis em ações; não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

16.11 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

16.12 Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui garantias relacionadas aos seus contratos de empréstimos.

16.13 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos, em taxa de juros pré-fixado em IPCA, trocando essas obrigações pelo Real atrelado a taxa de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2024 foi de 10,83% (13,04% em 31 de dezembro de 2023).

16.14 Índices financeiros

Em conexão com os empréstimos, as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA Last Twelve Months ("LTM") menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava com todas as obrigações contratuais cumpridas e adimplente em relação a esses índices.

17 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre o caso. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Previdenciárias e trabalhistas			
	Tributárias	Previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55	86	24	165
Adições	17	172	22	211
Reversões	(6)	(49)	(5)	(60)
Pagamentos	(4)	(59)	(8)	(71)
Atualização monetária	-	13	5	18
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62	163	38	263
Depósito judicial	(1)	(15)	(10)	(26)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	61	148	28	237

	Taxa média	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,34% a.a.	801	-
		801	-
Instrumentos financeiros derivativos			
- Moeda estrangeira			
Contratos de swap	CDI + 1,34% a.a.	(66)	-
		(66)	-
Total de empréstimos, debêntures e notas promissórias		16.175	14.910
Ativo circulante		(93)	(48)
Ativo não circulante		(297)	(226)
Passivo circulante		2.084	2.115
Passivo não circulante		14.481	13.069

16.9.2 Movimentação dos empréstimos

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.409
Captações	3.392
Custo de captação	(142)
Provisão de juros	1.746
Contratos de swap	39
Marcação a mercado	14
Variação cambial e monetária	(16)
Amortização do custo de captação	52
Amortização de juros	(1.085)
Amortização de principal	(1.326)
Amortização de swap	(173)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.910
Captações	6.600
Custo de captação	(54)
Provisão de juros	1.907
Contratos de swap	(75)
Marcação a mercado	88
Variação cambial e monetária	88
Amortização do custo de captação	65
Amortização de juros	(2.583)
Amortização de principal	(4.652)
Amortização de swap	(119)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.175

16.9.3 Cronograma de vencimentos não circulantes



* O valor líquido do não circulante é de R\$14.184.

judicial que alterará o valor do aluguel pago pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o montante da provisão para essas ações é de R\$26 (R\$32 em 31 de dezembro de 2023), para as quais não há depósitos judiciais.

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2024, o montante da provisão para essas ações é de R\$7 (R\$6 em 31 de dezembro de 2023).

O total das demandas cíveis, regulatórias e imobiliárias em 31 de dezembro de 2024 da Companhia é de R\$33 (R\$38 em 31 de dezembro de 2023).

17.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram classificadas pela Administração com assessoria dos seus advogados externos como possíveis, portanto, não provisionadas, e são relacionadas aos seguintes assuntos:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre operações financeiras - IOF		
- Processo de divergência de recolhimento	14	14
PIS, COFINS - Divergências de recolhimento e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de PIS e COFINS, dentre outros assuntos que aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial.	1.008	783
ICMS - Apropriação de créditos de aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, dentre outros assuntos, os quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.	1.210	1.216
ISS, IPTU, Taxas e outros - Divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS - ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, que aguardam decisões administrativas e judiciais.	20	18
INSS - Divergências na Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), compensações não homologadas, dentre outros assuntos, que estão em discussão administrativa e judicial.	25	24
Outras - Ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação e fixação dos contratos de locação de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça e juizado especial cível, processos administrativos de órgãos fiscalizadores, dentre outros.	2	98
Remuneração vinculada a taxa de sucesso dos advogados externos caso todos os processos fossem finalizados com êxito.	27	20
	2.306	2.173

Do valor total do quadro acima, R\$1.097 (R\$1.494 em 31 de dezembro de 2023) é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais, sendo: R\$1.096 tributário e R\$1 cível (R\$1.398 tributário e R\$96 cível em 31 de dezembro de 2023).

Foram abertas três ações cíveis públicas movidas por instituições ligadas ao movimento negro, em razão de uma abordagem a um cliente em agosto de 2021 na loja de Limeira - SP, na qual alegam que os motivadores da abordagem seriam questões raciais, sendo o objeto das ações a indenização por danos coletivos. Todas foram devidamente respondidas. Uma delas já foi extinta pelo judiciário sem maiores efeitos. Em 31 de dezembro de 2024, restam duas ações vigentes em andamento e, dada a subjetividade do tema, ainda não é possível estimar razoavelmente os valores envolvidos. Não se espera impacto significativo, quando da conclusão das ações sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

17.4.1 Incertezas sobre o tratamento de IRPJ e CSLL

Em atendimento ao ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, a Companhia possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado e por essa razão são classificados como possíveis. Em 31 de dezembro de 2024, o valor envolvido era de R\$1.025 (R\$917 em 31 de dezembro de 2023).

Do valor total apresentado acima R\$293 é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais (R\$337 em 31 de dezembro de 2023).

17.5 Garantias

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	1.747	1.113
Trabalhistas	89	75
Cíveis e outros	60	34
	1.896	1.222

O custo das garantias em 31 de dezembro de 2024 é aproximadamente 0,17% ao ano do valor das causas (0,17% em 31 de dezembro de 2023) e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

17.6 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais:

Processos	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	16	18
Trabalhistas	4	16
Cíveis e outros	4	10
	24	44

18 RECEITAS A APROPRIAR

São reconhecidas pela Companhia como passivo, pela antecipação de valores recebidos de parceiros

Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71



ASAI3
B3 LISTED NM

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos. Os créditos decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária. Em virtude da natureza e complexidade do negócio da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

19.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social		31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		935	554
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal (34%)		(318)	(188)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
Multas fiscais	(4)	(3)	
Resultado de equivalência patrimonial	22	17	
Juros sobre capital próprio	43	—	
Subvenção de ICMS - Incentivos fiscais (i)	43	319	
Créditos de atualizações monetárias	51	15	
Outras diferenças permanentes	(3)	(4)	
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(166)	156	
Imposto de renda e contribuição social do exercício			
Corrente	(141)	(6)	
Diferido	(25)	162	
(Despesa) benefício de imposto de renda e contribuição social	(166)	156	
Taxa efetiva	17,8%	28,2%	

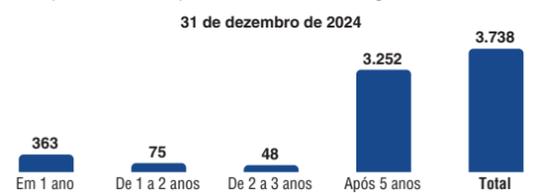
(i) A Companhia apura benefícios fiscais que são caracterizados como incentivos fiscais que, conforme previsão legal, não compõem base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

19.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	314	—	314	385	—	385
Provisão para demandas judiciais	67	—	67	81	—	81
Swap	—	(132)	(132)	—	(66)	(66)
Amortização fiscal de ágio	—	(317)	(317)	—	(317)	(317)
Marcação a mercado	2	—	2	—	(25)	(25)
Imobilizado e intangível	10	—	10	10	—	10
Perdas não realizadas com créditos tributários	—	(71)	(71)	—	(15)	(15)
Provisões de estoque	35	—	35	30	—	30
Custo de captação	—	(62)	(62)	—	(66)	(66)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	3.249	(3.016)	233	3.085	(2.961)	124
Programa de remuneração	21	—	21	10	—	10
Varição cambial	33	—	33	—	—	—
Outros	7	—	7	20	—	20
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.738	(3.598)	140	3.621	(3.450)	171
Compensação	(3.598)	3.598	—	(3.450)	3.450	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	140	—	140	171	—	171

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:



19.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos		31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício		171	6
(Despesas) benefícios no exercício		(25)	162
IR sobre outros resultados abrangentes		3	3
Outros		(9)	—
No final do exercício		140	171

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social e direitos das ações

Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias. Abaixo, o capital social subscrito e totalmente integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Valor (em reais)
Saldo em 31/12/2022	1.349.165.394	1.263.218.381
Aumento de capital - RCA em 15/02/2023	59.870	637.616
Aumento de capital - RCA em 28/03/2023	1.031.232	1.154.499
Aumento de capital - RCA em 18/08/2023	1.207.046	3.915.566
Aumento de capital - RCA em 30/10/2023	213.458	1.559.323
Aumento de capital - RCA em 08/12/2023	156.200	1.205.864
Total da movimentação do exercício	2.667.806	8.472.868
Saldo em 31/12/2023	1.351.833.200	1.271.691.249
Aumento de capital - RCA em 08/08/2024	256.799	2.568
Aumento de capital - RCA em 07/11/2024	54.881	549
Aumento de capital - RCA em 11/12/2024	70.767	708
Total da movimentação do exercício	382.447	3.825
Saldo em 31/12/2024	1.352.215.647	1.271.695.074

Abaixo, composição acionária da Companhia:

	Nota	31/12/2024	Participação	31/12/2023	Participação
Ações em circulação		1.348.415.647	99,72%	1.351.833.200	100,00%
Ações em tesouraria	20.6	3.800.000	0,28%	—	—
		1.352.215.647	100,00%	1.351.833.200	100,00%

20.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado

nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio (JSCP) e os dividendos distribuídos no exercício.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, considerando antecipação de JSCP aos seus acionistas, cálculos conforme demonstrado abaixo:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		769	710
Reserva de incentivos fiscais	20.5	(229)	(710)
Base reserva legal		540	—
% Reserva legal		5%	5%
Reserva legal do exercício	20.3	27	—
Base dividendos		513	—
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%		129	—
JSCP a pagar líquido (i)		(109)	—
Dividendos propostos		20	—

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2024, foi aprovado o pagamento antecipado de Juros sobre Capital Próprio no valor bruto de R\$125 sobre o qual foi efetuada a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte no valor de R\$16, resultando no valor líquido de R\$109. O pagamento será efetivado no dia 28 de fevereiro de 2025.

20.3 Reserva de lucros

A reserva legal é estabelecida mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$207 (R\$180 em 31 de dezembro de 2023).

O valor de R\$27 constituído em 31 de dezembro de 2024 (não houve constituição em 31 de dezembro de 2023), respeita o limite de 20% do capital social da Companhia, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	769	710
Reserva de incentivos fiscais	(229)	(710)
Base reserva legal	540	—
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	27	—

20.4 Reserva de expansão

Durante o exercício de 2024 não houve constituição de reserva de expansão, visto que o resultado do exercício de 2023 no valor de R\$710 foi aplicado, em sua totalidade, na constituição da reserva de incentivos fiscais (R\$325 em 31 de dezembro de 2023).

20.5 Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados foram considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou o montante de R\$939 à reserva de incentivos fiscais, sendo R\$710 constituídos em 2023 e R\$229 constituídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Art. 30 da Lei nº 12.973/2014 foi revogado por meio da Lei nº 14.789/2023 desobrigando os contribuintes a constituírem reserva de incentivos fiscais a partir de 1º de janeiro de 2024.

20.6 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Em 25 de junho de 2024, o Conselho de Administração aprovou o primeiro programa de recompra de ações de emissão da Companhia. O programa tem por objetivo a aquisição, em até 12 meses a partir da data de aprovação, de até 3.800.000 ações ordinárias, representativas de 0,28% do total de ações em circulação, para manutenção em tesouraria e entrega dessas ações aos participantes do Programa Sócio Executivo, vide nota 20.7.4 e do Plano de Incentivo de Longo Prazo via Outorga do Direito de Receber Ações, vide nota 20.7.5. As ações foram adquiridas no mercado de ações com base nas condições normais de negociação.

	Quantidade de ações	Valor (em reais)	Preço médio
Em 31 de dezembro de 2023	—	—	—
Recompra de ações	3.800.000	26.390.274	6,94
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.800.000	26.390.274	6,94

20.7 Pagamento baseado em ações

20.7.1 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica "Opções de ações outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1)/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na				
			data da outorga (em reais)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
B8	31/05/2021	01/06/2024	0,01	363	(318)	(45)	—
C8	31/05/2021	01/06/2024	13,39	363	(20)	(343)	—
B9	31/05/2022	01/06/2025	0,01	2.163	(389)	(115)	1.659
C9	31/05/2022	01/06/2025	12,53	1.924	(119)	(146)	1.659
B10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	0,01	1.390	(40)	(54)	1.296
C10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	11,82	1.390	—	(94)	1.296
B11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	0,01	1.294	(27)	(41)	1.226
C11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	10,62	1.294	—	(68)	1.226
				10.181	(913)	(906)	8.362

(i) Ações outorgadas para diretores não estatutários.

20.7.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. O período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (vested) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia. O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2024 de todas as opções outorgadas:

	Quantidade de ações em circulação	Saldo das séries outorgadas em vigor	Percentual máximo de diluição
			1.348.416
			8.362
			0,62%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black-Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas:

Séries outorgadas	Média ponderada do valor justo das opções concedidas (em reais)	Expectativa de dividendos	Expectativa de volatilidade aproximada	Taxa de juros médios ponderados sem risco	Expectativa de vida remanescente
B9	15,27	1,20%	37,29%	12,18%	8,00%
C9	7,35	—	—	—	5 meses
B10	10,33	1,31%	35,32%	10,87%	8,00%
C10	3,28	—	—	—	17 meses
B11	11,89	0,77%	37,32%	11,28%	8,00%
C11	5,18	—	—	—	29 meses

Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71

50 ANOS
ASSAI
ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Média ponderada do preço de exercício (em milhares)	Média ponderada do prazo contratual remanescente (em reais)
Em 31 de dezembro de 2023	6.986	5,97
Outorgadas durante o exercício	2.588	5,32
Canceladas durante o exercício	(816)	9,38
Exercidas durante o exercício	(396)	0,01
Em aberto no fim do exercício	8.362	5,88
Total a exercer em 31 de dezembro de 2024	8.362	5,88
O valor registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$25 (R\$28 em 31 de dezembro de 2023).		1,31

20.7.3 Plano de pagamento baseado em ações - liquidadas em caixa
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2023, foi aprovado o plano de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, somente para os Diretores Estatutários da Companhia. Este plano não torna os executivos sócios da Companhia, mas somente adquirem o direito ao recebimento de um valor em dinheiro correspondente à cotação média das ações da Companhia negociadas na B3 sob o código ASAI3.
A metodologia de cálculo é a média linear da cotação das ações considerando os últimos 20 pregões anteriores, incluindo a data-base de 1º de agosto de 2023 (data de outorga), até o fim do plano em 31 de julho de 2028. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, respeitando os períodos de *vestings* das ações.

Foram outorgadas 1.989.465 ações aos executivos da Companhia e o recebimento do valor em relação a 50% dessas ações estará condicionado ao cumprimento da condição de serviço (ações condicionadas a tempo) e os outros 50% estará condicionado ao cumprimento, de forma cumulativa, da condição de serviço e da condição de *performance* (ações condicionadas a tempo e *performance*). Durante o exercício houve o cancelamento de 77.626 ações, totalizando, em 31 de dezembro de 2024, 1.911.839 ações vigentes.

Para que as ações condicionadas a tempo se tornem *vested*, o Executivo deverá permanecer na Companhia desde a data de outorga até as datas abaixo (prazo de carência):

- 20% (vinte por cento) no aniversário de 3 anos contados da data de outorga;
- 20% (vinte por cento) no aniversário de 4 anos contados da data de outorga;
- 60% (sessenta por cento) no aniversário de 5 anos contados da data de outorga.

Para que as ações condicionadas a tempo e *performance* se tornem *vested*, o Executivo deverá cumprir os prazos de carência acima, além do cumprimento das metas, sendo segregado entre: a) Meta *Environmental, Social and Governance* ("ESG") com peso de 30%; i) contratação de pessoas com deficiências; ii) mulheres na liderança, no cargo gerencial ou superior; e iii) emissões totais de carbono - Escopo 1 e 2; e b) Meta operacional com peso de 70%: i) fluxo de caixa operacional.

As metas dispostas acima serão revisadas anualmente pelo Conselho de Administração e o não atingimento, em 31 de dezembro de 2026 e 2027, poderá ser compensado pelo atingimento nas datas de apuração subsequentes.

As metas dispostas acima serão revisadas anualmente pelo Conselho de Administração e o não atingimento, em 31 de dezembro de 2026 e 2027, poderá ser compensado pelo atingimento nas datas de apuração subsequentes.

Para que as ações condicionadas a tempo e *performance* se tornem *vested*, o Executivo deverá cumprir os prazos de carência acima, além do cumprimento das metas, sendo segregado entre: a) Meta *Environmental, Social and Governance* ("ESG") com peso de 30%; i) contratação de pessoas com deficiências; ii) mulheres na liderança, no cargo gerencial ou superior; e iii) emissões totais de carbono - Escopo 1 e 2; e b) Meta operacional com peso de 70%: i) fluxo de caixa operacional.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo correspondente ao plano, incluindo os encargos sociais, está registrado na rubrica de "Plano de ações liquidadas em caixa" no passivo não circulante, no valor de R\$5 (R\$4 em 31 de dezembro de 2023), o total da despesa reconhecida foi de R\$2 (R\$4 em 31 de dezembro de 2023) e o valor justo do total do plano nesta data era de R\$16.

20.7.4 Programa sócio executivo

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Programa Sócio Executivo da Companhia, o qual tem por objetivo criar um programa de longo prazo único e extraordinário, que não se confunde com o Incentivo de Longo Prazo padrão, composto por uma concessão única de direitos a ações direcionada ao Diretor Presidente, ao Diretor Vice-Presidente Comercial e de Logística e ao Diretor Vice-Presidente de Operações ("Participantes"), em montante substancial e atrelado à permanência e ao atingimento de determinadas metas de *performance* dos Participantes, visando: (i) a retenção de longo prazo dos Participantes; e (ii) o reforço do senso de dono nos Participantes, transformando administradores-chave em acionistas relevantes e de longo prazo.

Através do Programa Sócio Executivo, a Companhia outorgou, em 1º de maio de 2024, aos Participantes o direito de receber até 27.044.313 ações da Companhia, correspondente a até 2% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do Programa Sócio Executivo, sujeita aos ajustes previstos no Programa Executivo, como segue:

- 0,40% serão compostos por ações restritas, cujo direito somente será adquirido se os Participantes permanecerem vinculados à Companhia como Administradores, sendo: i) 30% na primeira data de *vesting* (5 anos da data da outorga) e ii) 70% na segunda data de *vesting* (7 anos da data da outorga); e
- até 1,60% serão compostos por ações com premissas de *performance*, cujo direito somente será adquirido se forem verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: i) os Participantes permanecerem vinculados à Companhia como administradores até a segunda data de *vesting* e ii) as metas de *performance* forem atingidas na segunda data de *vesting*, apuradas e calculadas de acordo com os termos e condições abaixo previstos.

Ações com premissas de performance

A quantidade final de ações com premissas de *performance* que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento da meta de Lucros por Ação ("LPA"), conforme aumento do *Compound Annual Growth Rate* ("CAGR") acumulado do LPA durante o período de apuração, conforme curva de atingimento.

A curva de atingimento das metas LPA terá início no *trigger* mínimo correspondente a um LPA acumulado igual ou maior a IPCA + 20% a.a. Partindo do *trigger* mínimo de IPCA + 20% a.a., o percentual da quantidade total de ações de emissão da Companhia a que os Participantes farão jus aumentará proporcionalmente ao aumento do CAGR acumulado do LPA até o limite de 1,60% da quantidade total de ações de emissão da Companhia. Se o *trigger* mínimo da curva da meta de LPA não for atingido, será considerado que a condição de *performance* não foi atingida.

A curva de atingimento da meta de *performance* acumulada LPA será apurada considerando o período entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2030, exceto nos seguintes casos em que será considerado o período proporcional, conforme previsto no Programa Executivo: Desligamento Involuntário entre Primeira e Segunda Data de *vesting*; Alienação de Controle e Aquisição Relevante; e Fechamento de Capital e Saída do Novo Mercado. Caberá ao Comitê Financeiro, Comitê de Auditoria e ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração calcular e verificarem o cumprimento das metas de *performance*.

As ações (tanto as ações restritas quanto as ações com premissas de *performance*) serão transferidas aos participantes mediante entrega de ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

Ações adicionais

Os Participantes terão direito de receber o valor por ação de dividendos, juros sobre capital próprio ou outros proventos pagos pela Companhia a seus acionistas entre a data de outorga e a data de recebimento das referidas ações, cujo valor será pago em ações ("ações adicionais"). O cálculo das ações adicionais será realizado através da multiplicação do valor por ação distribuído a título de proventos pela quantidade de ações a que os Participantes farão jus a receber, a cada data de pagamento de proventos, dividido pelo preço de cotação da ação ao final do pregão na B3 no dia imediatamente anterior à data em que as ações da Companhia passaram a ser negociadas ex-dividendos.

As ações adicionais serão acrescidas à quantidade alvo outorgada (seja de ações restritas ou ações com premissas de *performance*) e estarão sujeitas aos mesmos termos e condições aplicáveis às ações restritas e ações com premissas de *performance* e serão transferidas ao Participante nos mesmos termos e condições mediante cumprimento das condições aplicáveis.

Todas as ações que vierem a ser recebidas pelos Participantes no âmbito do Programa Sócio Executivo ficarão sujeitas a um *lock-up* de 3 anos contados da data de recebimento das ações, exceto se previsto de forma diversa pelo Conselho de Administração nas hipóteses de desligamento do participante.

O valor justo de cada ação concedida no montante de R\$13,12 foi mensurado com base no preço da ação na data da outorga, reduzido pela estimativa de desconto de 13,50%, devido à restrição de transferência após o período de aquisição. A Companhia determinou a quantidade estimada de ações que serão consideradas de direito dos Participantes em relação à parcela variável do plano com base nas projeções de resultado, alinhadas com as premissas de negócio e que a cada fim de período a estimativa será ajustada conforme essas projeções. Foi outorgada a quantidade de 9.952.307 ações, com o valor justo de R\$11,35.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor registrado no resultado do período foi de R\$13 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2023) e o valor justo do total do plano nesta data era de R\$132, incluindo os encargos.

20.7.5 Plano de incentivo de longo prazo via outorga do direito de receber ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), o qual tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas e ações com premissas de *performance* aos diretores estatutários e não-estatutários da Companhia ("Participantes"), bem como a eventuais outros empregados que possam ser selecionados para participar do plano.

Mediante a concessão do direito de receber ações de emissão da Companhia aos Participantes, o Plano ILP visa promover: (i) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia; (ii) o estímulo da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle; e (iii) a busca pela maximização de resultados e pela geração de valor sustentável para a Companhia e seus acionistas.

As outorgas realizadas no âmbito do Plano ILP serão feitas na seguinte proporção: (i) 30% do direito concedido será composto por ações restritas, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento de um prazo de *vesting* único de 3 anos (exceto pela outorga ao Diretor Presidente, que terá um prazo de *vesting* de até 5 anos, com *vesting* parciais de 33% no 3º ano, 33% no 4º ano e 34% no 5º ano); e (ii) 70% do direito concedido será composto por ações com premissas de *performance*, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente) vinculado ao atingimento das metas de *performance* estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final de ações com premissas de *performance* que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento de tais metas ao final do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente), podendo variar de 90% a 110% da quantidade alvo de ações (sendo que a quantidade-alvo de ações assumirá o atingimento de 100% das metas).

Ações com premissas de performance

Em relação às outorgas de ações com premissas de *performance*, os indicadores serão definidos considerando os seguintes principais objetivos:

- preservar a relevância e posicionamento da Companhia em relação aos seus *peers* no setor de *cash & carry*;
- assegurar a geração de valor sustentável dos negócios;
- garantir a rentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo; e
- assegurar o nível adequado de lucratividade das operações, preservando níveis saudáveis de margem de lucro em relação ao histórico da Companhia.

A quantidade de ações restritas e ações com premissas de *performance* outorgadas será determinada com base: (i) em um múltiplo salarial, de acordo com a grade ocupada pelo Participante; e (ii) na cotação média das ações nos 20 pregões anteriores à outorga.

As ações (tanto as ações restritas quanto as ações com premissas de *performance*) serão transferidas aos Participantes mediante o cumprimento das condições descritas no plano, sendo que a transferência das ações será feita mediante entrega de ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

Através do Plano ILP, a Companhia concederá aos Participantes o direito de receber uma determinada quantidade de ações correspondente a até 1,5% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do respectivo plano, sujeita aos ajustes previstos.

O valor justo de cada ação concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes* de precificação, considerando as seguintes premissas:

- Expectativa de volatilidade aproximada: 37,32% para o 3º ano, 36,94% para o 4º ano e 38,27% para o 5º ano; e
 - Expectativa de dividendos: 0,77% para o 3º, 4º e 5º ano.
- A Companhia determinou a quantidade estimada de ações que serão consideradas de direito dos Participantes em relação à parcela variável do plano com base nas projeções de resultado alinhadas com as premissas de negócio e que a cada fim de período a estimativa será ajustada conforme essas projeções. Foi outorgada a quantidade de 1.094.759 ações, com o valor justo de R\$11,90 para o 3º ano, R\$11,81 para o 4º ano e R\$11,72 para o 5º ano.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor registrado no resultado do período foi de R\$2 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2023) e o valor justo do total do plano nesta data era de R\$15, incluindo os encargos.

RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

O IFRS 15/CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de *performance* da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

Receitas auferidas pela prestação de serviços, são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Mercadorias	80.295	72.535
Prestação de serviços e outros	275	250
	80.570	72.785

(-) Deduções da receita

Devoluções e cancelamento de vendas	(182)	(147)
Impostos	(6.569)	(6.135)
	(6.751)	(6.282)

Receita operacional líquida	73.819	66.503
-----------------------------	--------	--------

DESPESAS POR NATUREZA

Custo das mercadorias vendidas

Compreende o custo das aquisições, líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, e acrescido das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O acordo comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística, administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete, incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas de vendas

Compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais, revistas e canais digitais tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

Correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Custo com estoques	(60.451)	(54.685)
Despesas com pessoal	(4.518)	(4.137)
Serviços de terceiros	(401)	(338)
Despesas comerciais	(1.215)	(1.093)
Despesas funcionais	(1.280)	(1.150)
Outras despesas	(606)	(521)
	(68.471)	(61.924)
Custo das mercadorias vendidas	(61.598)	(55.682)
Despesas com vendas	(5.995)	(5.411)
Despesas gerais e administrativas	(878)	(831)
	(68.471)	(61.924)

23 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadram na definição das demais rubricas da Demonstração do Resultado do Exercício.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento	(12)	55
Receitas (despesas) relativas a demandas judiciais	1	(1)
Gastos com integração, reestruturação e outros	(10)	(5)
	(21)	49

24 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro.

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	118	123
Atualizações monetárias ativas	144	80
Receita de antecipação de títulos	54	42
Outras receitas financeiras	8	36
Total de receitas financeiras	324	281
Despesas financeiras		
Custo da dívida	(1.963)	(1.706)
Perda de marcação a mercado	(88)	(14)
Custo e desconto de recebíveis	(133)	(119)
Atualizações monetárias passivas	5	(247)
Juros sobre passivo de arrendamento	(1.041)	(899)
Outras despesas financeiras	(13)	(27)
Total de despesas financeiras	(3.233)	(3.012)
	(2.909)	(2.731)

25 LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários (a)	769	710
Média ponderada da quantidade de ações, excluindo as ações em tesouraria	1.351	1.350
Denominador básico (milhões de ações) (b)	1.351	1.350
Média ponderada de opção de compra de ações	4	4
Denominador diluído (milhões de ações) (c)	1.355	1.354
Lucro básico por milhões de ações (R\$) (a ÷ b)	0,569164	0,525574
Lucro diluído por milhões de ações (R\$) (a ÷ c)	0,567277	0,524174

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

Transações	Nota
Aquisição de imobilizado que ainda não foram pagos	12.4
Deliberação de dividendos e JSCP	20.2

EVENTOS SUBSEQUENTES

Captação de empréstimo em moeda estrangeira

Em 13 de janeiro de 2025, a Companhia captou USD100 milhões, equivalentes a R\$608, com prazo de vencimento de 3 anos, com pagamento de juros semestrais e pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi contratado um contrato de *swap* para proteção da variação cambial, com custo de CDI + 1,22% ao ano. Os recursos desta captação foram destinados para reforço de capital de giro.

PRESIDENTE

Belmiro de Figueiredo Gomes

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Vitor Fagá de Almeida

Wlamir dos Anjos

CONTADOR

Anderson Barres Castilho

Valdério Matias da Silva
CRC SP 240047/O-0

continua →

Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71



ASA13
B3 LISTED NM

★ continuação

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2024

Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar um resumo do relatório de atividades do Comitê de Auditoria, incluindo atividades e contribuições do Comitê de Auditoria ("Comitê") da Sendas Distribuidora S.A. durante o exercício social de 2024, em conformidade com seu Regimento Interno. Este documento também contempla as conclusões e recomendações do Comitê sobre as demonstrações financeiras do período, destinadas ao Conselho de Administração.

Principais Atividades do Exercício 2024

Durante o ano de 2024, o Comitê desempenhou um papel central no fortalecimento da governança corporativa e da transparência, conduzindo as seguintes atividades principais:

1. Revisão das Demonstrações Financeiras:

- Análise minuciosa das informações trimestrais (ITRs) e das demonstrações financeiras anuais, incluindo as notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.
- Atualização do alinhamento das informações divulgadas às melhores práticas contábeis e regulatórias.

2. Interação com a Administração e Auditores:

- Discussão com a Administração e a Auditoria Independente sobre os principais assuntos de auditoria (PAA), incluindo aspectos críticos identificados durante os trabalhos.
- Monitoramento das ações implementadas para endereçar recomendações da Auditoria Interna e Independente.

3. Avaliação de Controles Internos e Riscos:

- Acompanhamento das iniciativas relacionadas à conformidade com a legislação SOX e com os controles internos da Companhia.

- Supervisão de temas relacionados a contingências fiscais e não fiscais, provisões, garantias, e outros aspectos relevantes para a gestão de riscos.

4. Promoção de Cultura de Compliance:

- Monitoramento da implementação de programas de integridade e de ética, alinhados à legislação aplicável e às boas práticas do mercado.

Conclusão e Recomendação

Com base nas informações analisadas ao longo do exercício de 2024, o Comitê de Auditoria, em conformidade com suas responsabilidades previstas no Regimento Interno, conclui que:

- As demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações.
- O Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, e as informações fornecidas pela Administração e pela Auditoria Interna corroboram a adequação e a transparência dos dados apresentados.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração. São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Andriara Petterle
Leonardo Pereira

Heraldo Oliveira - Coordenador do Comitê

Enéas Pestana
Guillermo Braunbeck

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos Membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente

a situação patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A., e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Artemio Bertholini
Presidente

Leda Maria Deiro Hahn
Membro Efetivo

Edison Carlos Fernandes
Membro Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Sendas Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9.1 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS no valor de R\$1.297 milhões, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente de ICMS a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e natureza da geração futura de ICMS a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis e aplicação de regime especial obtido pela Companhia na apuração de ICMS para certos estados da Federação.

A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do nível relevante de complexidade relacionado às legislações estaduais de ICMS e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros de ICMS a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado e por questões relacionadas aos regimes especiais e potenciais mudanças nas legislações estaduais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nesta avaliação de recuperabilidade.
- Availamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Availamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários de ICMS e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões e contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 17.1 e nº 17.4 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte envolvida em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Com base em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados. Em 31 de dezembro de 2024, a Diretoria registrou provisões no montante de R\$16 milhões.

Ainda, a Companhia possui processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R\$3.331 milhões em 31 de dezembro de 2024, incluindo tratamentos tributários incertos, para os quais não foi registrada provisão. Deste valor, R\$1.390 milhões é sujeito a reembolso pelo antigo controlador da Companhia, conforme acordo de separação celebrado entre as partes. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e de jurisprudência aplicável, que requer um grau relevante de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação de processos administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados às contingências tributárias.
- Efetuamos a leitura e entendimento do acordo de indenização celebrado pela Companhia com os antigos controladores.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiámos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, para as quais:
 - Obtivemos o entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e documentação suporte desta avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
 - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos externos da Companhia.
 - Availamos os julgamentos efetuados pela Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
 - Testamos as premissas, informações subjacentes e acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.

- Availamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Natacha Rodrigues dos Santos
Contadora
CRC nº 1 SP 257140/O-0



ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

- AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
- INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
- BUSCADOR INTELIGENTE
- PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
- CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS



ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR